

convergência

ABR — 1980 — ANO XIII — Nº 131



- A EDUCAÇÃO EM PUEBLA
Dom Tomás González — página 139
- JUVENTUDE, ANÁLISE DE UMA OPÇÃO
Pe. João Edênio dos Reis Vale, SVD — página 156
- O RELIGIOSO EDUCADOR
Ir. Cléa de Castro Neves, RSCJ — página 176

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil (CRB)

Diretor-Responsável:
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1980:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) Cr\$ 420,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
Exterior: aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 42,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211
Rio de Janeiro — RJ.

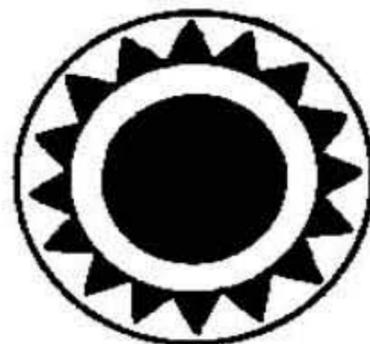
Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600
Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Creio que Você pode descobrir, sem grande esforço, algo como um pássaro voando e pousando. Ao tentar materializar esta figuração mental, num traço imutável e dinâmico, pensei nisto: (1º) Uma andorinha não faz verão. 1980 é o ano da XII Assembleia Geral Ordinária Eletiva da CRB cujo tema central é "Libertar para a COMUNHÃO e PARTICIPAÇÃO". Vencer a tentação do alheamento. Esta coisa estranha: o homem sozinho, a solução individual. Dar-se as mãos. Encontrar-se é, de uma vez só, fator de estabilidade e força de transformação. (2º) A Igreja Latino-Americana decidiu, mais uma vez, em Puebla, sua opção preferencial pelo pobre. A Campanha da Fraternidade da Igreja, no Brasil, ressalta, neste ano, a figura do Migrante. O pássaro é bem o símbolo do pobre e de quem não tem destino certo. Ora para frente, ora para o norte, ora para trás, ao sabor das correntes da sorte. (3º).

Esta palavra de esperança: "Ninguém tem morada definitiva no tempo" (Hbr 13, 14; Miq 2, 10). Todos andam em busca de horizonte mais alto. Sentimos a dor do incompleto. COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, POBRE, um FUTURO fora do tempo, pontos de linhas medulares de interpretação da fenomenologia de nossa Vida Religiosa. CONVERGÊNCIA quer confirmar, em Você, a sensação de que não estamos parados. E estamos no rumo certo.

Registro na Divisão de Censura e Diver-
sões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-
P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL	129
INFORME DA CRB Reunião da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB ...	131
A EDUCAÇÃO EM PUEBLA Dom Tomás González	139
A TRILATERAL E A IGREJA Frei Leonardo Boff, OFM	153
JUVENTUDE, ANÁLISE DE UMA OPÇÃO Pe. J. Edênio dos Reis Vale, SVD	156
O RELIGIOSO EDUCADOR Irmã Cléa de Castro Neves, RSCJ	176

EDITORIAL

O ciclo litúrgico da Páscoa que estamos vivendo coloca para toda a Igreja uma exigência de vida nova, na incorporação progressiva à Páscoa de Jesus. E Páscoa quer dizer Vida e Ressurreição, Cruz e Esperança no Espírito de Jesus Ressuscitado.

No interior da Igreja e como expressão carismática de sua vida e santidade, a Vida Religiosa está chamada a ser um testemunho explícito desta vida nova no Espírito, um grito profético da Ressurreição de Jesus, uma contínua celebração do seu mistério pascal. Por isso mesmo está chamada a ser um anúncio de esperança para o mundo.

A esperança que brota da páscoa de Jesus é essencialmente ativa e criadora. Supõe um compromisso concreto com a história, enquanto se cumprem os tempos da Promessa e vem a plenitude do Reino. Isto implica na capacidade de contemplar e afirmar nas ambigüidades e sombras do tempo presente os sinais do triunfo de Jesus sobre todas as forças geradoras de morte: a injustiça, o desamor, a opressão, a não fraternidade, o pecado.

Precisamente por isto, a Vida Religiosa tem que expressar claramente estas duas dimensões da esperança cristã: a busca do definitivo e o compromisso quotidiano com a história dos homens. E tudo isto na segurança em Jesus Ressuscitado, o Senhor da História.

Celebrar cada ano a Páscoa não pode reduzir-se para o cristão a realizar gestos e ritos que evocam um fato do passado distante... Celebrar cada ano a Páscoa significa assumir o próprio ser cristão com todas as suas exigências de santidade, de justiça, de fraternidade, de serviço, de amor. Significa aceitar a conflitividade da história presente como anúncio do novo que o Espírito está fazendo surgir e crescer entre os homens, como fruto da Páscoa de Jesus, que se concretiza no esforço quotidiano de construir a paz na fraternidade, na justiça e na libertação.

Neste clima pascal, CONVERGÊNCIA oferece aos seus leitores temas de reflexão em linha com a temática da XII AGO que quer precisamente ajudar os Religiosos e Religiosas a aprofundar

as exigências históricas do libertar para a comunhão e participação.

O artigo de **Dom Tomás González, SDB**, Bispo de Punta Arenas, no Chile, destaca as quatro grandes coordenadas do tema Educação em Puebla, uma educação que pretende ser libertadora e que, por isto mesmo, tende a inserir a pessoa na dinâmica da Páscoa: Comunhão e Participação. Educação que exige "um verdadeiro exercício para aprender a conviver, compartilhar, para saber dialogar e colocar-se em condições de colaborar na construção de uma mesma realidade na diversidade dos ministérios, serviços e carismas", difundindo assim "uma consciência cada vez mais explícita de fraternidade entre todos os homens".

O **Pe. João Edênio dos Reis Vale, SVD**, aborda, com a experiência e profundidade que o caracterizam, o tema da juventude como opção de Puebla. Seu estudo constitui uma análise séria desta opção da juventude na sociedade moderna especialmente na América Latina. Chama a atenção para o fato de que "cabe a nós não deixar que a opção de Puebla pelos jovens fique apenas no papel". "O que poderá haver de mais empolgante em toda a história da América Latina do que o encontro de sua juventude com o seu próprio destino? O que po-

derá surgir de vida nova se a Igreja se tornar educadora da consciência histórica dos jovens do continente"?

Frei Leonardo Boff, OFM, oferece aos leitores umas referências básicas sobre o tema da Trilateral, como contribuição à reflexão sobre o tema central da XII AGO, especialmente no seu aspecto da opção pelos empobrecidos. Suposto o fato de que "a Igreja, a partir de Medellín e agora em Puebla fez uma decidida opção preferencial pelos pobres, isto implica, ao nível político, manter uma vigilância crítica face àquelas estratégias que não tomam em conta o potencial transformador dos pobres".

Em novembro de 79, a CRB fez acontecer no Rio em conjunção com a AEC, o primeiro seminário sobre o "Religioso Educador". As motivações deste seminário, seu histórico e sua realização, juntamente com as conclusões a que se chegou é o que apresenta em seu artigo a **Irmã Cléa de Castro Neves, RSCJ**, membro da Diretoria Nacional da CRB. Esperamos que a comunicação desta experiência constitua para todos os religiosos educadores um estímulo na sua missão e um momento de reflexão crítica sobre sua própria prática educacional como missão na Igreja.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Reunião da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB

Realizou-se no dia 18/12/1979, na sede da CRB Nacional, rua Alcindo Guanabara, 24, 4º andar, Rio de Janeiro, a reunião da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Participaram por parte da CNBB: Dom Ivo Lorscheiter, presidente; Dom Clemente Isnard, vice-presidente; Dom Luciano Mendes, secretário geral; Dom João Batista Przyklenk, responsável na CEP pelo setor da Vida Consagrada; por parte da CRB: Pe. Décio Batista Teixeira, presidente; os Diretores: Pe. Cristobal Álvares, Pe. Afonso Mean de Nijs; Ir. Dario Bortolini, Ir. Maria Rita Perillier, Ir. Claudino Falchetto, Pe. Manuel M. R. Losada, Ir. Yolanda Setubal, Ir. Helena Maria Ferreira, secretária executiva, Ir. Maria Carmelita de Freitas, representante da CRB junto à CNBB, e Pe. Ivo Weber, diretor do CETESP.

A pauta de assuntos foi a seguinte:

1. Reflexão: O Documento: "Critérios Diretivos para as relações mútuas entre Bispos e Religiosos na Igreja".
2. Relacionamento CNBB/CRB.
3. Cursos do Departamento de Religiosos do CELAM e da CLAR no Brasil.
4. Visitas Apostólicas.
5. Congregações Brasileiras.
6. Redistribuição dos Religiosos nas diversas regiões do país.
7. O Hábito Religioso.
8. INPS — Lei 6696 de 8/10/79.
9. Pronunciamentos públicos sobre a vida política.

A Reunião iniciou com a oração da manhã, presidida por Dom Ivo Lorscheiter. Pe. Décio Batista Teixeira deu as boas vindas aos srs. bispos à sede da CRB, expressando a satisfação da Diretoria pela realização do encontro. Dom Ivo agradeceu. Passou-se então ao desenvolvimento da pauta.

1. REFLEXÃO: O Documento "Mutuae Relationes"

A Ir. Maria Carmelita de Freitas fez uma colocação, apresentando o documento e destacando alguns pontos de especial interesse para as duas Conferências. No destaque ao nº 21, o Pe. Décio apresentou a organização interna da CRB Nacional, explicando o seu organograma. No final do comentário à parte doutrinal do documento, foi feita uma apresentação da caminhada da Vida Religiosa no Brasil nos últimos anos e das principais tendências que vão marcando essa caminhada. Foi sugerido que o esquema apresentado como roteiro para a reflexão fosse publicado no Comunicado Mensal da CNBB, com anexo.

Após a colocação, trocaram-se idéias sobre alguns destaques feitos. Dom Ivo mencionou como digno de consideração também o nº 12, que trata dos carismas pessoais nos Institutos Religiosos, e pede a opinião sobre a situação do problema hoje. Como resposta é-lhe in-

dicado que o mais agudo desta problemática está sendo superado na maioria das Congregações. Em geral, depende do modo como é interpretada a expressão "carisma institucional". Quando este se toma em sentido estrito, como tarefa a ser cumprida, a questão se faz mais difícil. Parece que estaria havendo, por parte de alguns governos gerais, a tendência a uma interpretação mais jurídica do carisma. Indica-se ainda que, se atendermos à expressão do documento "dons que sóem provir do Espírito Santo para enriquecer, desenvolver e rejuvenescer a vida do Instituto" não pode haver perigo de conflito entre carisma pessoal e carisma institucional.

Dom Luciano salienta que o nº 63, tratando das questões da alçada de ambas as Conferências, refere-se às "comissões mistas", e acrescenta expressamente: o relacionamento entre as Conferências de Bispos e a de Religiosos pode ser feito de outras maneiras adaptadas às situações dos Continentes, Nações ou regiões, o que se vem fazendo no Brasil.

2. Congregações brasileiras

A irmã Helena Maria Ferreira, responsável por este setor na CRB, fez uma apresentação do assunto, mostrando a riqueza apostólica que as Congregações Brasileiras representam para a Igreja no Brasil. Há porém alguns problemas a serem considerados. Ao referir-se a grupos de pessoas consagradas, é preciso distinguir claramente se constituem Pias Uniões, sem serem ainda Congregações. Lembra-se que o nº 51 do documento "Mutuae Relationes" é bastante exigente no que diz respeito à fundação de novos Institutos. Dom Ivo propõe que na próxima Assembléia Geral da CNBB, em fevereiro de 1980, seja feita uma colocação sobre o assunto, por Dom João Batista Przyklenk. A proposta é aceita por todos. O Pe. Décio, por sua vez, propõe que, nos casos de novas fundações, a CNBB seja consultada e dê seu pare-

cer, no momento da aprovação de Pias Uniões e de Congregações de Direito Diocesano. Apóia sua sugestão no fato de que o projeto do novo Código de Direito Canônico, na parte dos Religiosos, fala que as Conferências Nacionais de Bispos sejam consultadas sobre os projetos de fundação de Institutos Religiosos. Dom João Batista lembra que o relatório, a ser enviado pelos Bispos à Santa Sé sobre a própria Diocese, inclui o item das Congregações existentes na Diocese. A partir destes dados, a CNBB teria elementos para dar um parecer. Dom Ivo propõe ainda que se faça uma pesquisa sobre as Congregações Brasileiras masculinas, posto que na CNBB não há dados sobre as mesmas. Sugere-se que seja enviado aos bispos um questionário fácil de ser respondido, perguntando pelas Congregações religiosas masculinas de direito diocesano existentes nas respectivas Dioceses.

3. Cursos do Departamento de Religiosos do CELAM e da CLAR no Brasil

É explicada a origem do Departamento, os diversos passos seguidos, as relações com a CLAR na preparação de Puebla e na comissão de Vida Consagrada constituída dentro da Assembléia de Puebla. Insistiu-se na conveniência de que as promoções de cursos no Brasil, por parte do Departamento do CELAM e da CLAR, sejam estudadas e programadas em comum com a CNBB e CRB, de modo que se atenda sempre ao princípio de subsidiariedade, evitando a duplicação de iniciativas.

4. Visitas Apostólicas

Há mal-estar em algumas Congregações por problemas que surgem a partir dessas visitas. É preciso que se considerem bem dois pontos: a escolha da pessoa do visitador e o tempo indeterminado de duração da visita. Levantou-

se também a questão de algumas Congregações que são chamadas diocesanas e que de fato seriam juridicamente "Pias Uniões" e participam normalmente da programação da CRB, inclusive das Assembléias Gerais. O assunto é delicado e surgem várias sugestões: distingam-se nas Assembléias Gerais da CRB membros com direito de voto e de voz, e membros com direito somente de voz; procure-se esclarecer às superiores dessas Pias Uniões ou outros grupos, indicando que só quando a situação for regularizada é que poderão ser membros de direito pleno nas Assembléias Gerais da CRB. A CRB continuará o estudo da questão.

5. Redistribuição dos Religiosos

Foi feita a apresentação dos dados que se têm sobre a presença dos religiosos nas diversas áreas do país. Seguiu-se troca de idéias, lembrando os passos que têm sido dados nos últimos anos, incentivando os Superiores Maiores a uma distribuição mais equitativa dos religiosos. Muito progresso já se fez neste ponto. Mas ainda resta muito a fazer. O processo caminha lentamente, por motivos ora de ordem interna nas congregações, ora de ordem externa às congregações. Algumas encontram dificuldades para o redimensionamento ou mesmo para o fechamento de obras, o que impede a abertura de outras em áreas prioritárias e carentes de pessoal. Constata-se que tanto a CNBB como a CRB não têm ainda conseguido levar as congregações a essa redistribuição. Poderia ser desencadeado um processo de sensibilização e mentalização dos Institutos para uma melhor e mais rápida solução desse problema tão urgente. Fazem-se algumas propostas: a) que a CRB continue o levantamento desses dados e que entre em contato com a Linha 2 da CNBB, que está fazendo também uma pesquisa nas áreas prioritárias do Brasil; b) que o resultado desses le-

vantamentos sejam publicados pela CNBB e CRB, procurando sensibilizar os Superiores Maiores para a questão; c) que a CNBB e CRB, estudem o problema da preparação do pessoal do Brasil que se desloca para áreas prioritárias ou missionárias.

6. Hábito Religioso

Lembrem-se os últimos pronunciamentos do Papa e as orientações de alguns governos gerais. Propõe-se que seja dada informação precisa ao Santo Padre da situação no Brasil e das razões de ordem pastoral que levaram algumas congregações a não usar o hábito religioso.

7. INPS — Lei 6696 de 8/10/79

O Pe. Décio informa brevemente sobre o trabalho feito pela CNBB e CRB, convocadas pelo INPS juntamente com representantes de outras Confissões Religiosas, durante a fase de regulamentação da Lei. O resultado parece muito satisfatório e a regulamentação pronta será entregue ao Ministro no dia 20, para a aprovação do Presidente da República. Depois dos esclarecimentos, sugere-se que a CRB e CNBB vejam como poderão orientar e ajudar da maneira mais objetiva possível, aquelas Congregações — especialmente contemplativas — que se verão em grande dificuldade para fazer face a este ônus.

8. Relacionamento CNBB/CRB

Dom Ivo lembra a importância deste item e começa pedindo aos presentes que expressem sua avaliação da reunião que se acaba de realizar. Todos são unânimes em manifestar sua satisfação, sublinhando a riqueza do encontro, a importância para o bem da Igreja do Brasil de as duas Conferências tratarem juntas assuntos de mútuo interesse. A partir desta avaliação, fica decidido

continuar com este tipo de reuniões e fixam-se as datas para 1980:

— 24 de junho, última terça-feira do mês;

— 25 de novembro, última terça-feira do mês.

Além destas reuniões, se manterá a presença do representante da CRB, no momento Ir. Maria Carmelita de Freitas, e do presidente da CRB, o Pe. Décio Batista Teixeira, sempre que isto for necessário e conveniente. Nestas ocasiões será oportuno que haja espaço para comunicação e informação à CEP sobre os acontecimentos de maior destaque a nível da CRB. Esta é a forma de relacionamento entre a CNBB e a CRB e que corresponde ao nº 63 de "Mutuae Relationes" quando diz: "...é desejável que as questões da alçada de ambas as partes sejam tratadas em comissões mistas... ou de outras maneiras adaptadas às situações dos continentes, nações ou regiões". Sobre esta forma concreta de se fazer o relacionamento entre as duas Conferências, enviar-se-á carta à Sa-

grada Congregação dos Religiosos e ao CELAM.

9. Pronunciamentos Públicos Sobre a Vida Política do País

Acrescentou-se, finalmente, uma troca de idéias sobre a questão dos pronunciamentos públicos a respeito de situações delicadas da vida política do país. Lembrou-se que havia um entendimento entre CNBB e CRB de que a iniciativa fosse da CNBB. Depois de um breve diálogo, concluiu-se o seguinte: A CRB só faria pronunciamentos deste tipo depois de um entendimento com a Presidente Nacional da CNBB. Esta orientação seria enviada aos Regionais da CNBB e da CRB. No nível Regional, o entendimento da CRB seria com a Presidência Regional da CNBB. Foi feita uma última sugestão: que haja troca do "Comunicado Mensal" e da "Convergência" entre os membros da Presidência e CEP da CNBB.

CRITÉRIOS DIRETIVOS PARA AS RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS NA IGREJA

Síntese do Documento das Sagradas Congregações para os Bispos e para os Religiosos e Institutos Seculares.

Roteiro para Reflexão

Ir. Maria Carmelita de Freitas, F.I.

1. ESTRUTURAS DO DOCUMENTO

1.1. Introdução

1.2. Alguns elementos doutriniais (1ª parte)

Cap. I — A Igreja enquanto um povo "novo" (nº 1 a 4).

Cap. II — O ministério dos Bispos na comunhão eclesial (nº 5 a 9).

Cap. III — A Vida Religiosa na comunhão eclesial (nº 10 a 14).

Cap. IV — Os Bispos e os Religiosos aplicados à única missão do Povo de Deus (nº 15 e 23).

1.3. Diretrizes e normas (2ª parte)

Cap. V — Algumas instâncias referentes ao aspecto formativo (nº 24 a 35).

Cap. VI — Propostas de uma oportuna coordenação (nº 51 a 67).

1.4. Conclusão.

2. MÉTODO SEGUIDO

O método seguido é dedutivo. Parte-se de princípios teológicos. Depois se estabelecem critérios diretivos para as práticas.

3. CONTEÚDO DA PARTE DOUTRINAL

3.1. Importância da parte doutrinal.

Os conteúdos doutrinários da 1ª parte embasam a parte normativa. Daí sua importância.

3.2. O ponto focal da 1ª parte do documento

O ponto focal dos princípios que esclarecem as relações mútuas na Igreja entre os Bispos e os Religiosos é a **doutrina conciliar do Povo de Deus**. O documento sublinha quatro elementos característicos deste povo, fundamentais para a adequada compreensão do documento:

- a presença vivificante do Espírito Santo (nº 1);
- a comunhão mútua de vida entre os membros, na diversidade de dons e funções (nº2);
- a natureza sacramental da Igreja (nº 3);
- a vocação comum a testemunhar e anunciar o Evangelho (nº 4).

Este 1º Capítulo acentua, portanto, os elementos em comum que são possuídos por todos no povo de Deus: **somos um corpo e membros uns dos outros, convocados a sermos sacramento visível da Salvação e unidade, destinados a testemunhar e anunciar o mesmo Evangelho**. Era de se esperar que a teologia aqui explicitada se fizesse mais presente ao longo do documento.

3.3. A comunhão eclesial, orgânica e hierárquica

3.3.1. Ecclesiologia do documento

Neste segundo capítulo emerge a **ecclesiologia que prevalece no documento**. É a ecclesiologia articulada em torno do tema de **Cristo-Cabeça**, à qual se acrescenta a dimensão pneumática recuperada pelo Vaticano II. O documento acentua que a comunhão no corpo eclesial é constitutivamente **não só orgânica, mas também hierárquica**. Assim a presença vivificadora do Espírito destina-se a animar um Corpo "verdadeiramente orgânico", e a graça e os carismas que dele jorram apresentam-se determinados e queridos concretamente por "Cristo-Cabeça", "procedendo da ambos a coesão orgânica dos membros" (nº 5).

3.3.2. O ministério fundamental dos Bispos

Traça-se no nº 6 um paralelo entre Cristo-Cabeça/Bispos-cabeça, com seus **três múnus de governar, santificar e ensinar**, ressaltando-se a indivisibilidade do ministério dos Bispos, no nº 7.

3.3.3. O Ministério Episcopal e a Vida Religiosa

O documento detém-se particularmente a descrever o **papel do ministério episcopal a respeito da Vida Religiosa** (nº 8). Indica ainda que, nas relações recíprocas, os Religiosos deverão saber ver na hierarquia a presença ativa de Cristo-Cabeça e, por sua vez, os Bispos empenhar-se-ão concretamente em promover a genuidade e índole própria dos Institutos religiosos em vista da santificação dos seus membros e do bem de todo o povo de Deus (nº 9).

3.4. A Vida Religiosa na Comunhão Eclesial

3.4.1. Caráter carismático da Vida Religiosa

O texto esclarece as conotações do aspecto carismático dos Institutos Religiosos e destaca a importância da figura e função do Fundador e da índole própria de cada Família Religiosa, que supõe um estilo experiencial de santidade e de apostolado (nº 11).

3.4.2. Fidelidade ao carisma

Insiste no verdadeiro sentido de fidelidade ao carisma fundacional, que implica "a atenção inteligente às circunstâncias e a visão cautelosamente voltada para os sinais dos tempos" (nº 12).

3.4.3. O Serviço da autoridade conforme a índole própria do Instituto

A autoridade do Superior Religioso é abordada a partir do esquema: Cristo-Cabeça/Bispo-Cabeça e seus três múnus: governar, santificar, ensinar (nº 13), destacando o caráter análogo deste enfoque e estabelecendo a relação entre o serviço da autoridade do Superior Religioso e a índole própria do Instituto (nº 13).

A conexão e a distinção entre estes dois tipos de autoridade, e seus respectivos campos de competência (do Bispo e do Superior Religioso) ficam assim esclarecidas, pondo-se em evidência que ambas se unem e se distinguem concretamente e que estão chamadas a funcionar de maneira harmoniosa e complementar.

3.5. A missão única do povo de Deus

Insiste-se neste capítulo na unidade de Missão e diversidade de ministérios, funções, serviços.

O Exercício da missão única da Igreja, na pluriformidade de concreções, de estilos e de modalidades culturais, exige que se cultive a compenetração mútua e vital entre os diversos membros na Igreja, e entre a Igreja universal e as Igrejas particulares (nº 15 a 55).

O nº 21 é importante: define o escopo das Conferências de Superiores Maiores; descreve sua atividade; insiste na sua utilidade e alude às relações mútuas entre essas Conferências e as Conferências Episcopais. Este nº é reformado no 61, quando se dão critérios diretivos para tal relacionamento.

4. ALGUNS DESTAQUES DA 2ª PARTE: DIRETRIZES E NORMAS

4.1. Aspecto formativo

4.1.1. O documento indica neste capítulo a importância da formação tanto inicial como permanente para os Religiosos; a necessidade de oportunas adaptações às condições culturais, sociais e econômicas, sempre em fidelidade à própria vocação (n.º 24, 25, 26 e 27).

4.1.2. Fala também da responsabilidade dos Bispos e da competência dos Superiores Maiores neste processo formativo (n.º 24, 28, 29), indicando algumas iniciativas nesta linha (nº 29).

4.1.3. O número 30 aborda aspectos doutrinários de particular importância na formação. E o nº 31 trata da questão dos Centros de estudo para formação teológica dos presbíteros e religiosos. Exorta a que se estabeleçam claramente nos estatutos

destes centros as tarefas que cabem aos Bispos, em virtude do seu ministério, e a dimensão de responsabilidade e modalidade de ação dos Superiores religiosos.

4.1.4. A fidelidade ao Magistério da Igreja, seja nos centros de estudo, nos cursos ou nas publicações, é recomendada com insistência nos nº 33 e 34.

4.2. Aspecto operativo (pastoral e religioso)

4.2.1. O capítulo começa reafirmando o critério de que o ministério episcopal vem a ser na Igreja "princípio diretivo do dinamismo pastoral de todo o Povo de Deus" (Introdução ao cap. VI).

4.2.2. Afirma-se a pertença dos religiosos e religiosas à família diocesana e a importância de umas **relações de colaboração e de fraternidade entre o clero diocesano e os religiosos** para o êxito da ação pastoral e o crescimento da consciência de Igreja Particular (nº 36 e 37).

4.2.3. **O diálogo entre Bispos e Superiores**, nas diversas dioceses, visando a uma **distribuição mais equitativa e útil do pessoal religioso** frente às necessidades pastorais, é recomendado com insistência no nº 38.

4.2.4. **A pastoral vocacional** é apresentada como campo privilegiado de colaboração entre Bispos e Religiosos (nº 39).

4.2.5. A necessidade da **renovação da práxis pastoral**, da **atualização das obras de apostolado**, da realização de experiências, bem como alguns critérios para proceder-se a isto, vêm claramente expressos nos ns. 40, 41, 42 e 43. Insiste-se novamente no diálogo entre Bispos e Superiores para o desempenho destas tarefas.

4.2.6. O princípio da subordinação dos Religiosos (isentos e não isentos) à autoridade do Ordinário do lugar em tudo o que se refere ao culto e à pastoral, é de novo indicado no nº 44, citando o Concílio e o Motu Próprio "Ecclesiae Sanctae". Partindo deste princípio, traça-se uma série de diretrizes de caráter sobretudo exortativo, que se referem a: respeito mútuo das respectivas competências (nº 45); — situação dos religiosos que trabalham fora das obras do próprio instituto (nº 46); — informação mútua e mútuo conhecimento entre Bispos e Religiosos na mesma Igreja particular (nº 47) e entre os vários institutos na mesma diocese (nº 48); — papel da mulher consagrada na ação pastoral da Igreja (nº 49 e 50).

4.2.7. A delicada questão da **fundação de novos institutos** vem abordada no nº 51, que insiste na necessidade do discernimento em tais casos, elenca critérios para testar a autenticidade ou genuidade de um carisma fundacional, e expressa claramente as exigências que se impõem antes de chegar a uma decisão.

4.3. Aspecto organizacional:

Importância de uma oportuna coordenação

4.3.1. Nível diocesano

- a) O documento transcreve os princípios do Motu Próprio "Ecclesiae Sanctae" (1,25, 1-2, a, b, c, d), sobre a autoridade do Ordinário do lugar (nº 53).
- b) Fala da conveniência de criar na Diocese o **cargo de Vigário Episcopal**, lembrando que este cargo não assume nenhuma função própria da autoridade dos Superiores, e que compete a cada Bispo residencial determinar claramente as funções específicas deste cargo e confiá-lo a pessoa com-

petente. Recomenda também que, para a nomeação, os religiosos e religiosas sejam prudentemente consultados (nº 54).

- c) **A participação de religiosos, religiosas e leigos nos conselhos diocesanos** vem recomendada no nº 56.
- d) **Para a colaboração pastoral dos religiosos em obras eclesiais**, se estabelecem critérios que visam sobretudo favorecer certa estabilidade nesta cooperação (nº 57 e 58).
- e) O sentido das associações de religiosos e religiosas a nível diocesano, sua importância e conveniência ficam destacados no nº 59. São considerados organismos de relacionamento mútuo e de promoção e renovação da Vida Religiosa (59, a) bem como organismos para discutir os problemas mistos entre Bispos e Superiores (59, b).

4.2.3. Nível de nação, região e rito

- a) A instituição dos Conselhos ou Conferências de Superiores Maiores pela Santa Sé, o papel ou funções destes organismos e a necessidade de uma contínua revisão de funcionamento dos mesmos, visando a uma maior eficiência, constituem o conteúdo do nº 61, assim como o nº 60 estabelece isto mesmo com relação às Conferências Episcopais.
- b) O nº 62 estabelece que, nas relações entre as Conferências de Superiores Maiores e as Conferências Episcopais, se tenham em conta os critérios que regulam as relações entre cada Instituto e o Ordinário do lugar (ES, 1,23-25-40) e se estabeleçam normas adicionais conforme as exigências regionais.
- c) O nº 63 fala da conveniência de que as questões de alçada de ambas as Conferências sejam tratadas por **"Comissões mistas"** (ES II, 43) ou de **"outras maneiras adaptadas às situações dos Continentes, Nações ou Regiões"**, visando a mútua colaboração e a confiança mútua. Indica também algumas possíveis funções destas comissões. Fala ainda da possibilidade da criação de uma comissão no seio da Conferência Episcopal, para os assuntos referentes aos Religiosos e às Religiosas, isto porém no caso em que a necessidade ou utilidade o exigirem.
- d) A presença dos Superiores Maiores ou delegados em outras comissões das Conferências Episcopais, e a presença recíproca por meio de delegados nas Assembléias de uns e de outros, é vista como recomendável e estimulada, nos nº 64 e 65.

4.3.3. Nível supranacional e universal

- a) Estimula-se a criação de formas de coordenação tanto para os Bispos como para os Superiores Maiores a nível internacional, continental ou sub-continental, destacando as vantagens que isto pode ter, e fazendo uma menção à USG e à UISG (nº 66 e 67).

A EDUCAÇÃO EM PUEBLA

*Puebla, esforço educativo para a fé
do povo de Deus que peregrina na América Latina.*

D. Tomás González

Bispo de Punta Arenas

Introdução

Parece-me que Puebla representa um esforço educativo em prol da fé do povo de Deus que peregrina na América Latina. Na primeira parte do Documento de Puebla faz-se, precisamente, esta reflexão:

A existência cristã na América Latina já atinge quase 500 anos; tem havido altos e baixos, um acompanhamento, uma sucessão e um desenvolvimento de valores críticos no povo latino-americano. Não obstante, a partir do Concílio Vaticano II, primeiro em Medellín e agora em Puebla, vemos que o grande vazio constatado neste momento na América Latina é a falta de educação religiosa profunda de nosso povo.

Puebla esclarece, no que ele tem de mais original, o fato de que a educação na fé não é apenas um

esforço pedagógico no campo dos valores meramente espirituais, nem, tampouco, uma simples promoção humana. Puebla estabelece novamente o critério que o Vaticano II já apontava: "A pessoa humana é indissolúvel, isto é, a pessoa humana é "espírito e corpo", é "Presença de Deus", é a história pessoal que deve fazer-se liturgia; a unidade da pessoa humana tem de ser reconhecida, bem como sua obrigação de desenvolver o mundo atual, orientando-o para valores absolutos.

Naturalmente que tudo isso representa um esforço pedagógico.

É por isso que, ao examinarmos o Documento de Puebla, podemos concluir e afirmar que nos achamos diante de um tratado de pedagogia.

Foi por este motivo que fiz questão de intitular a presente reflexão justamente assim: "Puebla,

esforço educativo para a fé do povo de Deus que peregrina na América Latina.”

Podemos dizer, com toda a verdade, que Puebla foi um esforço educativo em favor do processo de amadurecimento da fé de nosso povo latino-americano. Os bispos, com efeito, foram convidados por João Paulo II a ser mestres da Verdade no momento privilegiado da América Latina, em que esta completa quase 500 anos de evangelização.

Além disto, foi feita uma análise situacional em seus diversos aspectos, históricos, sócio-culturais, pastorais, em suas tendências atuais e em relação ao futuro, da verdadeira tarefa pedagógica que a Igreja mestra tem tido em nosso continente.

Usando a linguagem educativa, poder-se-ia dizer que, em Puebla, se fez uma avaliação do processo evangelizador até agora realizado. A mesma linguagem tem procurado ser pastoral, isto é, tem-se esforçado para chegar ao maior número possível de pessoas. Fala-se muito de experiências, de processo, de mudanças estruturais, de amadurecimento, de pertença, de momentos, etc. Toda esta é uma terminologia que implica prosseguimento, amadurecimento, esforço; trata-se no fundo de um processo pedagógico.

As próprias opções fundamentais que Puebla estabelece em relação à família, aos pobres, aos jovens e à pastoral vocacional, e que considera prioritárias, exigem um profun-

do compromisso com os valores educativos, radicais; com os centros fundamentais de comunhão e participação, com aqueles grupos humanos majoritários e mais necessitados de um melhor serviço em seu desenvolvimento, que colaboraram no processo fundamental de serviço da Igreja, para uma sociedade latino-americana pluralista, com pessoas novas.

Como percebemos, Puebla coloca-nos num estado de educação permanente da fé do continente em que vivemos. Puebla constitui um apelo novo e angustiado (não no sentido de angústia existencialista, ou de existencialismo negativo); um apelo que traduz a angústia que Jesus Cristo experimentou: a sede do Pai.

A América Latina, presentemente, está vivendo esta etapa. Ela quer educar o povo de Deus, porque os pastores estão percebendo que neste campo existe um grande vazio. Trata-se de um continente majoritariamente crente, mas que não amadureceu na fé.

Procurei visualizar neste trabalho o que a mim parece mais original em Puebla a respeito da educação.

“Elementos educativos em Puebla”

Temos quatro:

- 1º — A opção pela pessoa.
- 2º — A opção pela cultura.
- 3º — A opção pela comunhão.
- 4º — A opção pela participação.

1.º — A opção pela pessoa

Desde o discurso de abertura de Puebla, feito por João Paulo II, a pessoa humana se apresenta como o ponto central dessa reunião. O papa João Paulo II disse que a verdade sobre Jesus Cristo, a verdade sobre a Igreja e a verdade sobre o homem constituíam uma unidade **indissolúvel**, e baseou-se no seguinte raciocínio: Jesus Cristo deve penetrar todos os espaços de nosso mundo.

Esta presença de Jesus Cristo tem que ser vivida numa comunidade. Por isso, acrescenta ele, a Igreja é o Cristo continuado hoje. E Puebla, tomando esta expressão de João Paulo II, afirma que não há Igreja sem Jesus Cristo, e que é necessário viver esta experiência do Senhor na Comunhão Eclesial.

Esta experiência de comunidade supõe pessoas e, na medida em que estas são rostos mais vivos do Senhor, ou seja, na medida em que o ser humano cresce, desenvolve-se, etc., como semblante vivo de Deus, na mesma medida a Igreja é **comunhão**, é semblante de Jesus Cristo.

Podemos dizer que a Cristologia, a eclesiologia e a antropologia de Puebla são uma unidade indissolúvel, e que esta unidade foi agora ainda mais enfatizada na **Encíclica** "Redemptor hominis", que é um tratado de Cristologia e de antropologia cristã.

Para o papa João Paulo II encontramos-nos diante de uma urgência: salientar a presença do

homem de hoje como alguém que deve ser o protagonista da história. Mas fazer isto a partir de Jesus Cristo, que é algo de real nele.

1.1. A pessoa é imagem do Deus vivo

Puebla possui três números que são essenciais a tal propósito: o número 321 contém o ponto que se refere à verdade sobre o homem, e diz o seguinte:

"Deve-se revalorizar entre nós a imagem cristã dos homens. É forçoso e indispensável que volte a ressoar essa palavra em que se vem cristalizando desde há muito tempo um sublime ideal de nossos povos, **LIBERDADE**. Esta liberdade é a um tempo dom e tarefa. Ela não se alcança verdadeiramente sem a libertação integral, e é, em sentido válido, meta do homem segundo nossa fé, uma vez que 'para a liberdade é que Cristo nos libertou' (Gl 5,1) a fim de que tenhamos vida e a tenhamos em abundância, como 'filhos de Deus e co-herdeiros do próprio Jesus Cristo, (Rm 8,17)."

A dignidade da pessoa humana parte pura, desta unidade radical, através da pessoa do homem, para o centro: Cristo, é, com Ele, para Deus Pai.

No número 475, ao falar de "Evangelização, libertação e promoção humana, Puebla diz: "O objeto precípua desta doutrina social é a dignidade pessoal do homem, imagem de Deus e a tutela de seus direitos inalienáveis (PP 14-21). A Igreja explicitou seus ensinamentos

nos diversos campos da vida: social, econômico, político, cultural, segundo as necessidades. Portanto, a finalidade dessa doutrina da Igreja — que tira sua visão própria do homem e da humanidade (PP 13) — é sempre a promoção de libertação total da pessoa humana, em sua dimensão terrena e transcendente, contribuindo assim para a construção do Reino último e definitivo, sem confundir, contudo, progresso terreno e crescimento do Reino de Cristo (cf. GS 39).”

A libertação integral da pessoa humana começa já aqui e agora, e deve ir-se desenvolvendo com vistas à construção deste Reino definitivo.

A pessoa é o sujeito que possui esses grandes direitos, sobretudo o grande direito de se sentir filho de Deus, pela liberdade conquistada por Cristo. Finalmente, o número 1289 refere-se à “**educação das pessoas**”, dizendo:

“Em especial, compete à ação da Igreja, com relação aos anônimos sociais, o dever de acolhê-los e assisti-los, de restaurar sua dignidade e sua fisionomia humana, ‘porque quando um homem é ferido em sua dignidade, toda a Igreja sofre’ (Paulo VI, janeiro de 1977).”

1.2. A pessoa desenvolve valores

A pessoa desenvolve valores: Puebla mostra que a pessoa humana com sua dignidade não é simplesmente um sujeito estático, já analisado em parte anteriormente, mas deve ele constituir o Reino; deve desenvolver-se, deve purificar seu semblante, etc.

Puebla apresenta, principalmente, quatro grupos de valores que são os mais urgentes no momento atual na América Latina: 1º) O desenvolvimento dos valores familiares. 2º) O desenvolvimento de valores na construção da paz. 3º) O desenvolvimento de valores na construção da justiça. 4º) O desenvolvimento de valores no jovem.

1.2.1. A pessoa desenvolve valores através da família

O papa João Paulo II, falando na Eucaristia do domingo em que esteve em Puebla, recordou claramente que, se não houver um esforço radical para evangelizar a família latino-americana, não conseguiremos evangelizar a fundo.

Ele analisou os grandes problemas, e declarou em seguida que era desejo da Igreja que a evangelização da família se transformasse numa das opções fundamentais de Puebla, assim expressando-se na introdução: “A família é o centro mais importante, fundamental, radical”, de comunhão e participação. Quando em Puebla se tratou de fazer um esquema, foi difícil elaborá-lo, porque havia muito material. Lembremo-nos de que primeiro foi enviado a todos o livro “verde” (assim chamado vulgarmente por causa da cor da capa), onde havia um grande acúmulo de idéias sobre o que devia ser Puebla.

Este Documento foi trabalhado em todos os níveis na América Latina: nas dioceses, nos órgãos de base; no Chile fizeram um resumo num livrinho menor com capa colorida, sobretudo para os grupos de

catequese, enquanto que para as bases se distribuiu um folheto.

Todo este material foi recolhido e, em cada país, a Conferência Episcopal reelaborou-o. Todo o material foi mais uma vez reelaborado a nível latino-americano num livro que se chamou "Livro Branco" (porque tinha capa branca), que chegou a todos os participantes antes de partirem para Puebla.

Ao chegarmos em Puebla, já encontramos o "Livro Branco" resumido em seus principais pontos.

Entregaram-nos uma folha que, familiarmente, chamamos de "**La sábana**", porque era muito grande.

Aí se achavam todos os pontos que se desejava fossem tratados em Puebla. Nosso primeiro trabalho constitui em fazer um resumo, um esquema orgânico, em torno de grandes núcleos e, dentro desses grandes núcleos, organizar "temas", "subnúcleos", etc., levando em conta principalmente o fato de que o Documento de Puebla deveria ser unitário.

De saída, consideramos que o título era "**evangelizar a América Latina hoje e no futuro**". Era preciso haver, portanto, um fio condutor, uma idéia central que servisse de elo para unir tudo, evitando que saísse um documento desarticulado, e afastando o problema de Medellín. Dizia-se que Medellín elaborou inúmeros documentos valiosíssimos, porém cada um independente dos outros.

Puebla, porém, é um Documento que constitui um todo orgânico.

Em suma, como resultado de todo esse processo, elaboraram-se quatro grandes núcleos que, depois, deixaram de ter esta denominação, para se chamarem capítulos.

Estes quatro grandes núcleos são:

1º) Uma reflexão sobre o que se passou e sobre o que está acontecendo agora na América Latina, do ponto de vista das tendências pastorais no presente e daqui para o futuro.

2º) Núcleo. A resposta a todos esses desafios: o conteúdo da evangelização, que deve ser entregue como subsídio para responder a tais desafios.

3º) Grande núcleo. Os agentes que devem servir-se desse conteúdo para responder a tais desafios. O lugar onde atuam os agentes: a hierarquia, os religiosos, os leigos, portanto, os lugares de desenvolvimento:

A família, a comunidade cristã e, finalmente, os meios ("meio" no sentido teológico, isto é, condições necessárias para que a mensagem chegue de forma mais ampla e melhor): a oração, os sacramentos, o testemunho, a educação, etc. E, por fim:

4º) Núcleo. A abertura desta Igreja que responde com um conteúdo e mediante pessoas, através de meios e em lugares determinados. Mas é importante considerá-lo — uma Igreja que se abre (porque não basta evangelizar-se por dentro), porque deve evangelizar o mundo.

De que modo esta Igreja evangeliza o mundo em que vive, para onde se dirige e a quem deve servir? Escolhem-se, então, quatro grupos a quem ela deve servir de modo especial, pondo em ação o dever de **abrir-se**, de ser missionária: os jovens, os pobres, os construtores de uma nova sociedade latino-americana, uma sociedade aberta, e a formação da pessoa humana. Acrescentou-se, depois, uma última parte, que é um resumo de tudo e que se chama "**opções pastorais**".

Verificou-se, igualmente, a necessidade de um fio condutor que unisse todo o tema da **evangelização**; estes princípios esclarecedores são **COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO**.

Comunhão: percebeu-se que a maior urgência no mundo de hoje e da América Latina — em especial — consiste em corresponder ao anseio que tem todo ser humano de viver seu processo de socialização. Sentir-se pessoa em comunhão, numa sociedade que o acolhe, fá-lo desenvolver-se, etc.

A Igreja responde a tal urgência com a verdade fundamental que é a Comunhão. Aliás, via-se que esta seria a melhor maneira de completar a idéia de Medellín sobre a libertação.

Medellín dissera que a evangelização tinha que ser libertadora. Mas Medellín talvez não haja esclarecido suficientemente o método a ser adotado para conseguir esta libertação, nem dito para onde devia dirigir-se toda libertação cristã.

Puebla esclarece e diz que toda libertação cristã deve levar à Comunhão e à Participação. É a resposta que corresponde ao anseio de todo ser humano que deseja sentir-se sujeito, ator e agente em todo esse processo. Daí se conclui que qualquer experiência de Comunhão tem de ser uma experiência de abertura: viver valores, comunicá-los, crescer, abrir horizontes. Por este motivo, os dois elementos, Comunhão e Participação, constituem o fio condutor de todo o Documento de Puebla.

Ao examinarmos o Documento, vamos constatar que se acham repetidas inúmeras vezes as idéias de **Comunhão e Participação**, em todos os setores. Às vezes, um tanto "artificialmente"... mas tinha-se de falar nelas.

Até aqui fizemos um parêntese para explicar algo a respeito do método de trabalho de Puebla. A família é apresentada como um centro radical, fundamental de Comunhão e Participação. Diz o Documento de Puebla: "A família, **Sujeito e Objeto** de evangelização e centro evangelizador de Comunhão e Participação", acrescentando no número 512: "Por isso, projeta a luz de sua palavra sobre a política e as ideologias, como mais um serviço a seus povos e como guia orientadora e segura para todos os que, de um modo ou de outro, devem assumir responsabilidades social".

A família "educadora" é uma novidade em Puebla, quanto a uma espécie de "**ministerialidade**" que a Igreja lhe confere.

Hoje, fala-se muito da necessidade de “**ministérios leigos**” ou ministérios exercidos por leigos dentro da Igreja. Isto representa o novo papel que a Igreja aponta ao leigo verdadeiramente cristão, que procura renovar seu mundo **partindo de dentro**.

Tem havido muitas experiências a propósito, mas são poucas as que assumiram como **sujeito-base** desta ministerialidade, ou serviço prestado ao mundo segundo um estilo cristão, **a família**.

Para Puebla, a família é “o primeiro centro de evangelização” (nº 617). Além da família cristã, primeiro centro de evangelização, o homem vive sua vocação fraterna no seio da Igreja Particular, em comunidades que tornam presente e operante o desígnio salvífico do Senhor, vivido em comunhão e participação.

Assim, dentro da Igreja Particular, é preciso considerar as paróquias, as Comunidades Eclesiais de Base e outros grupos eclesiais.

A família é uma “**Igreja doméstica**” (números 94, 580, 589, 590, 601, 639), o que significa experiência de comunidade básica, fundamental. Pelo sacramento do matrimônio, vivido como crescimento quotidiano do amor de Jesus Cristo para o casal, a família é capaz de construir uma “**comunhão**” profunda, uma das mais existenciais que se possam realizar entre duas pessoas.

Daí nasce a potência educadora da família: na medida em que o

casal é verdadeira “**comunhão**” espiritual e sensível ao mesmo tempo, a família também é educadora. Esta se abre e é comunicativa, acima de tudo para os filhos e, em seguida, para os outros.

1.2.2. A pessoa desenvolve os valores pela paz

Segundo a visão de Puebla, a educação para a paz está unida à educação para a justiça.

Esta unidade é muito significativa, já que a paz, segundo a teologia atual não é algo de negativo, como seria, por exemplo, a ausência de guerra, porém algo de eminentemente ativo, porque importa na construção dos valores mais necessários à convivência humana, entre os quais a **justiça** é da máxima importância.

Por isso, a nova sociedade latino-americana deve estar edificada na verdadeira paz, cuja expressão máxima é o pluralismo.

E a juventude latino-americana deve ser educada para a “civilização do amor” e “edificar a paz na justiça” (nº 1118).

Com efeito, a juventude é o grupo humano mais sensível à construção da paz ativa.

O apelo que Puebla dirige à Igreja é o de que esta seja **educadora** da juventude, a fim de viver “**experencialmente**” os valores que favorecem a paz.

Igualmente, a educação para um espírito verdadeiramente crítico, cheio de uma sadia inquietação evangélica, fará com que o jovem passe a ficar atento ao que sucede

à sua volta. Ele não será um acomodado, um instalado, nem tampouco um violento.

1.3. A pessoa privilegiada do jovem

Puebla, ao optar pela juventude, não o faz por tática (nº 1178), mas porque vê nos jovens PESSOAS necessitadas de um serviço especial, a fim de que se tornem capazes de desenvolver seu dinamismo e vivificar a Igreja e o corpo social (nº 1186, 1192).

A linha de serviço que a Igreja deve prestar ao jovem é a de toda pedagogia: fazer com que o jovem, por si mesmo, vá amadurecendo em sua personalidade de tal maneira, que ele seja cada vez mais livre.

A linguagem usada em Puebla com relação aos jovens insere-se justamente nesta linha: trata-se de “levá-los a se sentirem Igreja” (nº 1184), “experimentando-a como lugar de Comunhão e Participação” (idem); deve torná-los “gradativamente responsáveis na sua construção” (idem). Tudo o que se refere à formação encontra-se nesta mesma linha: deseja-se que o jovem seja cada vez mais capaz de se comunicar, a fim de que possa comunicar melhor sua experiência aos outros irmãos jovens (nº 1166).

Neste sentido, os educadores cristãos necessitam de uma verdadeira conversão para o jovem.

Entretanto, ainda falta muito para que as instituições educativas, e até mesmo as da Igreja, vejam no jovem um SUJEITO de valores e, não, um mero instrumento a mais.

Ainda tem muito peso toda essa carga de pedagogia utilitarista, segundo a qual se considerava o jovem “um pedaço de cera” que se devia moldar como um objeto merecedor de atenção, mas sempre como um **objeto**.

O jovem deve ser sujeito de sua própria educação e deve assumir, cada vez mais conscientemente, a responsabilidade de sua formação. Trata-se de um desafio.

2.º — A opção pela cultura

Aqui existem dois pontos interessantes, que igualam o valor da cultura em si e a necessidade de evangelizar as culturas.

Uma das maiores vantagens de Puebla reside no ponto referente à cultura: é um resumo com base no Vaticano II, na “Evangelii Nuntiandi” e nos últimos estudos antropológicos.

O documento “Gaudium et Spes” define a cultura como o ser específico da pessoa.

A “Evangelii Nuntiandi” acrescenta que não existe verdadeira evangelização quando não se evangeliza a cultura, e os últimos estudos antropológicos dizem que o ser humano, à medida que vai descobrindo melhor o seu mundo, mais se desenvolve como pessoa. Por isso, Puebla apresenta a cultura como um de seus pontos centrais. Por exemplo, no nº 387, exatamente onde se fala da evangelização, Puebla diz: “A cultura assim entendida abrange a totalidade da vida de um povo; o conjunto dos valores que o animam e dos desvalores

que o enfraquecem e que, ao serem partilhados em comum por seus membros, os reúnem na base de uma mesma 'consciência coletiva' (EN 18)".

A cultura abrange as formas através das quais se expressam os valores ou desvalores e que configuram os costumes, a língua, as instituições, as estruturas de convivência social, quando não são impedidas ou reprimidas pela intervenção de outras culturas que as abafam ou levam à morte.

2.1. Valores da cultura em si

Como já dizíamos anteriormente, Puebla fala de "cultura" no sentido antropológico pós-conciliar.

Superou-se o conceito de "cultura" como acúmulo de conhecimentos, como erudição. Antes, era bem freqüente julgar culto quem "sabia" muito.

Cultura significa o próprio homem que cresce dentro de um sistema de relações com a natureza, com os outros e com Deus. Ela implica um núcleo central de valores que se percebem através do estilo de convivência humana, e que chegam até a dar forma às estruturas.

Se, por exemplo, quisermos superar as estruturas injustas, será preciso penetrarmos a cultura que as possibilitou e que as estabeleceu como sistema. Uma vez conhecidas em sua raiz, elas devem ser impregnadas do espírito do evangelho a fim de que possam criar uma sociedade melhor.

Se não chegarmos à raiz da renovação, continuaremos dando gol-

pes no ar ou promovendo mudanças sem base, as quais se limitarão a substituir os regimes estruturais que mantêm um tipo de injustiça, por outros que sustentam um tipo diferente de injustiça. O homem, porém, continuará sempre, pelo menos em parte, escravo da injustiça.

Para um educador, isto constitui uma necessidade de vida ou de morte.

Um educador autêntico e consciente sabe que a religião se acha na própria raiz da pessoa e da comunidade humana. Sabe ser necessário que os valores religiosos impregnem a cultura, para construir uma sociedade nova.

2.2. Evangelização da cultura

Quando não se faz um esforço para evangelizar a cultura de cada grupo humano, tudo o que há de fundamental se torna inútil, e não se consegue uma mudança real da sociedade.

Em Puebla, a conversa que tivemos com o Arcebispo de Havana sobre este problema da cultura causou-nos uma impressão imensa.

Ele nos dizia que, atualmente, os afro-americanos cubanos freqüentam a vida cristã numa percentagem de 0,5%, porque estes grupos chegaram a Cuba procedentes da África, aceitaram ser batizados (naturalmente porque o batizado deixava de ser escravo). Os missionários, porém, não se preocuparam muito com a cultura africana, totalmente diversa da cultura de seu povo.

Assim, esses afro-americanos de Cuba conservaram-se crentes “por fora”, mas “por dentro” voltaram logo ao paganismo, com seus ídolos e seus costumes.

Veio a revolução de Fidel Castro. O grupo deste deu-lhes novamente uma libertação: eles já não eram mais “seres de segunda categoria”. Com isto, deixaram de pertencer à Igreja, porque o que tinham em matéria de fé não passava de um verniz.

Eles foram doutrinados no marxismo. Na aparência aceitaram ser marxistas, para que ninguém os molestasse. Interiormente, porém, em seu grupo, em suas povoações, etc., continuam como antes, isto é, possuem seus ritos, seus costumes, sem que tenham sido em nada penetrados pela “nova cultura”.

Há quem por vezes se pergunte como é possível sermos educadores sem conhecermos a fundo a cultura de nossos alunos. Pensamos, por exemplo, que no Chile temos todos mais ou menos a mesma cultura. No entanto, se alguém estudar a fundo o problema, há de ver a grande diferença existente, pelo menos, nas subculturas de alguns grupos humanos.

Observemos a cultura popular: que diferença enorme existe hoje entre um bairro popular e um bairro de classe alta.

Um bairro de classe alta é um gueto europeu. Um bairro popular é outra coisa: outra linguagem... outras formas de vida, outro estilo.

Mas, ao longo do Chile, há ainda grupos humanos com culturas diferentes.

Na diocese de Punta Arenas há um grupo muito interessante, que é o dos “chilotes”, que possuem todo um mundo especificamente seu, uma cultura especial, com seus mitos, suas maneiras de conceber a história, e há um outro grupo que é constituído pelos descendentes dos imigrantes europeus, com outra cultura.

E, às vezes, nós, educadores da Fé e educadores de valores, pensamos que podem lançar idéias e ensinamentos como se o ambiente fosse homogêneo e as pessoas tivessem a mesma capacidade de captar estas realidades.

É por isso que não conseguimos penetrar os educandos. E sempre aparece alguém que se queixa: “Tantos anos dedicados à educação... Mas existe um não-sei-quê, uma espécie de resistência, algo, enfim, que nos impede de penetrar na realidade profunda das coisas. E isto acontece porque não conhecemos a cultura”.

Sem conhecimento da cultura não pode haver educação da cultura. E, sem conhecimento desta, não há evangelização verdadeira.

Por este motivo, no número 393 de Puebla, um trecho referente à cultura diz o seguinte:

“Sempre submetidas a novos desenvolvimentos, à interpenetração e ao encontro recíprocos, passam as culturas, em seu processo histórico, por períodos em que se vêem desafiadas por novos valores ou desvalores, e pela necessidade de realização de novas sínteses vitais. Nestes períodos, a Igreja se sente chamada a estar presente juntamente

com o Evangelho, particularmente nas fases em que decaem e morrem velhas formas, segundo as quais o homem organizou seus valores e sua convivência para dar lugar a sínteses novas. É melhor evangelizar as novas formas culturais logo ao nascer, e não quando já cresceram e se estabilizaram. É este o desafio global que no momento a Igreja enfrenta, já que 'se pode falar, com razão, de uma época da história humana' (GS 54). Por isso, a Igreja da América Latina procura dar novo impulso à evangelização em nosso Continente".

Logo depois, o Documento acrescenta no nº 395:

"A ação evangelizadora de nossa Igreja latino-americana há de ter como meta geral a constante renovação e transformação evangélica de nossa cultura, quer dizer, a penetração, pelo Evangelho, dos valores e critérios que a inspiram, a conversão dos homens que vivem segundo esses valores e a mudança que, para serem mais plenamente humanas, requerem as estruturas em que aqueles vivem e se expressam".

A expressão **"renovação e transformação evangélica de nossa cultura"** pretende significar a penetração pelo Evangelho dos valores e critérios que a inspiram. Mas é preciso saber quais os valores que inspiram a cultura; por exemplo, existem na cultura popular os valores da generosidade, da autenticidade e, outrossim, os desvalores. Naturalmente, a conversão deve operar-se em homens que vivem segundo os valores.

Em contrapartida, para serem mais humanas, requer-se que as estruturas em que os homens vivem e se expressam transformem o que é negativo para o homem, levando assim a cultura a converter-se por causa das pessoas que a vivem. Este é um elemento negativo que pode tornar-se o melhor instrumento de humanização.

Para os educadores, surge, a propósito, uma importância pedagógica. Eles devem tomar consciência da importância pedagógica das expressões religiosas dos diversos grupos culturais, e respeitá-los. A urgência evangelizadora de sabê-las interpretar, sobretudo quando já são muito antigas e já têm muitos séculos de contato com o Evangelho, deve sensibilizar os educadores.

Faz-se mister realizar um processo chamado de "aculturação", que exprime o modo de penetrar com a novidade do Evangelho em toda a tarefa de um determinado grupo humano e, naturalmente entre suas variadas formas de religiosidade. É necessário contar com as culturas para ajudá-las a crescer, sem deixar que elas percam seus valores.

Trata-se da superação de uma formação, de certa maneira intelectual, recebida no passado e que ainda não se conseguiu superar totalmente. Pensemos, por exemplo, no modo como se está tentando organizar a educação no Chile hoje. Pouco lugar se deixa à parte crítica. Chega-se até a dizer que a educação superior é uma exceção, e que a maioria só deve ter acesso à educação básica.

Nota-se igualmente uma certa educação atemporal, que não se preocupa com o que se passa no ambiente circunstante, porque isto poderia até parecer perigoso.

Uma pedagogia sem referência ao que acontece no presente, para poder situar-se no futuro, não serve; e ainda menos quando se trata de uma educação num ambiente religioso que deve fazer a síntese entre Fé e Cultura.

3.º — A opção pela “comunhão”

A **Comunhão** é o fio condutor de Puebla.

Um dos serviços que a Igreja deve prestar à Comunidade nacional e internacional é precisamente este.

“Dá testemunho evangélico de Deus presente na história e desperta no homem uma atitude aberta à comunhão e participação” (1284). Este serviço urgente que a Igreja presta tem dois motivos especiais:

Em primeiro lugar, é uma resposta ao anseio de “socialização” do homem de hoje.

Há algo bem importante no diagnóstico da realidade da América Latina. “Enquanto existem grandes setores que não conseguem satisfazer suas legítimas aspirações, outros alcançam-nas exageradamente. Os bens reais do mundo moderno traduzem-se em fontes de frustrações crescentes e de trágicas tensões. O contraste evidente e marcante entre os que nada possuem e os que ostentam a opulência constitui um obstáculo insuperável para o estabelecimento do Reinado da Paz”.

Não se vive uma paz social profunda com esta falta de “comunhão” existente em alguns grupos: uns porque não podem viver como quereriam, e outros porque endurecem o coração em face da necessidade que tem todo homem de ser sociável, acolhido, levado em conta, tido em consideração, e tudo isto mantendo um coração livre,

Em segundo lugar: a Fé madura em “Comunhão”.

Isto implica um sentido de unidade e de amor que torna complementares e harmoniosas as legítimas diversidades humanas, quer em nível da sociedade como da própria Igreja.

Exige, portanto, um verdadeiro exercício para aprender a conviver, a compatilhar, para saber escutar, dialogar, colocar-se em condições de colaborar na construção de uma mesma realidade na diversidade dos ministérios, serviços e carismas.

Difunde uma consciência cada vez mais explícita de fraternidade entre todos os homens. Esta consciência deve estimular as pessoas a interpretarem as diversidades culturais, sociais e funcionais como expressões necessárias e enriquecedoras de uma única porém multifacetada realidade humana.

Para o cristão a “Comunhão” reaviva a consciência da organicidade do corpo único do Senhor, que é a Igreja.

Para isto, entretanto, faz-se necessário um esforço educativo que siga o estilo “novo” da caridade, o qual é “abertura”, “pluralismo”,

etc. (cf. Puebla, nº 1226, 1228, 1114).

Nas escolas da Igreja, deve-se viver esta experiência de Comunhão numa forma “inovadora”, como alternativa válida de uma nova sociedade que deve formar-se.

Os jovens devem acostumar-se a escutar opiniões diferentes das suas, isto é, a respeitar as opiniões dos outros. Em toda discussão deve haver argumentos de razão e de Fé, e nunca respostas totalitárias.

A comunidade educativa deve fomentar o intercâmbio de pareceres a respeito de temas da vida diária. Cada pessoa deve trazer o que possui de original para a construção da unidade, na diversidade porém.

Na mesma linha deve situar-se a democratização da escola católica, que precisa permitir a “Comunhão” de diversas culturas e de vários modos de viver.

Como se vê, este representa outro grande desafio à comunidade escolar.

4.º — A opção pela participação

“Participação” implica um sentido de pertença vital à realidade social e à realidade eclesial. Um sentido de pertença muito estreito com as realidades que fazem do homem construtor delas.

Ela supõe uma consciência explícita de adesão da pessoa a uma atividade como ser protagonista na história, tanto em nível temporal quanto em nível eclesial.

Para o cristianismo, a “participação” em ambos os níveis acha-se fundamentada numa filiação objetiva de todos os seres humanos em relação ao Pai, o que implica o exercício do sacerdócio batismal que contribui para “transformar a história em liturgia”.

Puebla fala do anseio que tem toda pessoa de participar

Ao falar dos serviços que a Igreja latino-americana deve prestar para que a pessoa humana participe, Puebla refere-se à **Ação Social** não como uma esmola que se pretendesse dar. O problema está em que o sujeito deve ser um elemento “ativo na sociedade”, um elemento “que participe”.

A promoção humana, — que é uma forma de participação —, precisa tornar-se cada vez mais ativa. Porque este é um anseio de todas as pessoas e de todos os grupos.

O Documento a que estou aludindo, e que proclama os direitos fundamentais da pessoa, hoje e no futuro, enumera os mesmos direitos:

Direitos individuais: direito à vida (direito a nascer e à procriação responsável), à integridade física e psíquica, à proteção legal, à liberdade religiosa, à liberdade de opinião, à participação nos bens e serviços, à construção do seu próprio destino, ao acesso à propriedade e a “outras formas de domínio privado sobre os bens exteriores” (GS 71).

Direitos sociais: direito à educação, à associação, ao trabalho, à moradia, à saúde, ao lazer, ao de-

envolvimento, ao bom governo, à liberdade e à justiça social, à participação nas decisões que concernem ao povo e às nações.

Direitos emergentes: direito à própria imagem, à boa fama, à privacidade, à informação e à expressão objetiva, à objeção de consciência, “contanto que não se violem as justas exigências da ordem pública” (BH 4), e a uma visão adequada do mundo.

Puebla requer e exige urgência no sentido de que a pessoa seja educada no conhecimento desses direitos fundamentais que devem ir-se desenvolvendo paulatinamente. Exige que se respeitem as etapas e os ritmos de participação, porque é normal que a participação de uma criança do curso de 1º grau não possa ser equivalente à de um uni-

versitário, nem à de diversos grupos humanos que vivem determinadas expressões de Fé.

Há etapas, há ritmos. Todos, porém, têm de participar de algum modo. Não pode existir o fato de, em se tratando de um determinado grupo, ser-lhe negado o direito à participação. É um processo educativo. A criança, o adolescente, o jovem, a comunidade escolar, todos enfim têm de educar-se progressivamente para a participação. São estes os quatro pontos fundamentais de Puebla, que devem ser levados em conta em todo processo educativo: “opção pela pessoa”, ponto central; “opção pela cultura”; “opção pela comunhão”; e “participação”.

Traduziu da revista “Testimonio”, a Irmã Isabel Fontes Leal Ferreira.

A TRILATERAL E A IGREJA

TRILATERAL: uma comissão formada por políticos e executivos mais influentes dos três pólos econômicos decisivos do sistema capitalista: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Frei Leonardo Boff, OFM
Petrópolis, RJ

A crise mundial do sistema capitalista iniciada em 1967 exigiu por parte dos países hegemônicos a elaboração de novas estratégias no sentido de garantir a realização do projeto capitalista agora em nível transnacional. O inimigo principal não é mais o comunismo, mas a pobreza do Terceiro e do Quarto Mundo. Com cada vez mais insistência os países pobres cobram uma "Nova Ordem Econômica Internacional". Isto implica uma re-

Nota: Em linha com o subtema da XII AGO: "Opção preferencial pelos empobrecidos", ao qual CONVERGÊNCIA dedica em março atenção especial, situa-se este breve artigo sobre a trilateral. É um dado mais para a reflexão sobre o tema da pobreza no Continente, que tanto preocupa e ocupa a nossa Igreja hoje e ao qual a Vida Religiosa não pode ficar alheia.

distribuição da riqueza, uma correlação mais equitativa entre os preços das matérias-primas e dos produtos industrializados, transferência tecnológica, taxas de câmbio favoráveis, etc. Para fazer frente ao novo inimigo, articulado no eixo Norte-Sul e para administrar com sucesso a crise, se criou em 1973 a Comissão Trilateral tendo como presidente David Rockefeller, do Chase Manhattan Bank e secretário executivo Zbigniew Brzezinski. A Comissão é composta pelos mais importantes empresários, banqueiros e executivos dos conglomerados multinacionais e por políticos influentes dos três pólos econômicos decisivos de nosso sistema: os USA, Europa Ocidental e Japão; daí o nome Trilateral.

Como a crise do sistema é global a terapia deverá ser também glo-

bal. Evidentemente não se trata de caminhar na direção de outro sistema; não se trata de inovar, mas de renovar, de introduzir modificações no sentido de salvar o sistema capitalista em nível mundial. Não se fala de um Novo Sistema Internacional, mas como diz o título do 14º documento da Trilateral: "Um renovado sistema internacional" — (1977). As linhas básicas da estratégia capitalista são:

◆ **No nível econômico:** reforçar a internacionalização do capital mediante as multinacionais; conseguir que todos os países pertencentes ao sistema capitalista se associem às soluções globais do sistema. O desejo de autonomia das economias nacionais e o estabelecimento de políticas domésticas são considerados como os dois principais obstáculos à cooperação.

◆ **No nível financeiro:** reforçar o sistema monetário e financeiro internacional nos organismos já existentes e pelos bancos transnacionais.

◆ **No nível científico-técnico:** transferência da industrialização clássica para os países periféricos, conservando aqueles ramos mais dinâmicos e rentáveis nos países centrais. A ecologia é um tema importante para a Trilateral.

◆ **No nível político:** a solução da crise mundial não pode ser encontrada com todos os países participantes do sistema. Faz-se então uma "triagem" entre os países viáveis e inviáveis. Os viáveis (da América Latina se enumeram Brasil, Venezuela e México) serão fortemente associados aos países trilaterais; os demais se associarão aos viáveis

ou, infelizmente, serão deixados a sua própria sorte. Os viáveis participarão dos valores considerados importantes pela Trilateral: democratização relativa ou tutelada (essa linguagem não é uma criação de nossos políticos, é da Trilateral), numa tônica mais social (democrata-cristã ou social-democrática); melhoria relativa de salários para aumentar o poder aquisitivo e forçar um mercado interno a fim de aliviar o externo demasiadamente saturado (todos os países querem exportar); defesa e promoção dos direitos humanos, pois, assim se limparia a "face de barbárie" dos regimes de Segurança Nacional que tanto desmoralizaram as "democracias ocidentais"; reformas agrárias e prioridades para a agro-indústria a fim de fazer frente à fome mundial, capaz de desestabilizar o sistema como um todo.

Lendo-se os 21 textos básicos da Comissão Trilateral percebe-se a imensa boa-vontade que informa os membros da Comissão para salvar a vigente ordem cujo debate provocaria males mundiais de proporções inimagináveis. O tema da "interdependência" como forma de associação às soluções globais da crise se constitui talvez a chave de todo o ideário da Trilateral.

Entretanto, não se há de renunciar ao espírito crítico. Trata-se de entender que estamos diante da estratégia dos poderosos para, à base de mecanismos mais racionais, perpetuar uma forma de hegemonia que para as grandes maiorias dos países dependentes é sentida como injusta. Os avanços em termos de democracia, direitos huma-

nos, melhoria de salários, não estão a serviço da maior participação do povo, mas possuem um sentido de sustentar a hegemonia econômica, social e ideológica dos países trilaterais, fortemente ameaçada pela miséria crescente do mundo. Visa-se, portanto, alargar as bases de sustentação do progresso capitalista, em escala mundial, e possibilitar o futuro para o capital. Não são os países ricos que se solidarizam com os pobres; são os pobres que devem, quase forçadamente, se solidarizar com o destino dos países ricos. A interdependência é, na verdade, um eufemismo; o que existe é verdadeira dependência dos centros hegemônicos, redundando, numa situação desfavorável para as classes trabalhadoras da periferia.

O controle das economias nacionais pelas transnacionais, a agro-indústria que implica, quase inevitavelmente, uma proletarização dos trabalhadores do campo, resultam a absorção da média e pequena empresa. Este processo estreitará os laços de dependência e produzirá conflitos sociais mais agudos do que aqueles que atualmente sofremos. Isto poderá propiciar a implantação de regimes democráticos em alternância com outros autori-

tários como forma de responder às reivindicações das bases populares. Na América Latina significará a modernização de atraso e a monopolização para a integração no esquema trilateral. Para a América Latina, as relações sociais possivelmente se tornarão mais conflitivas por causa das relações, em termos globais, mais injustas entre o capital e o trabalho.

A Igreja a partir de Medellín e agora em Puebla fez uma decisiva opção preferencial pelos pobres. Isto implica, ao nível político, manter uma vigilância crítica face àquelas estratégias que não tomam em conta o potencial transformador dos pobres. Para estes, uma mera reforma do Sistema Econômico Internacional não altera a estrutura de dominação de que são vítimas. Importa gerar um processo de participação popular de tal ordem que consiga organizar a sociedade com todas as suas instâncias dentro de parâmetros mais simétricos e justos para todos. A Igreja se alegra com mais democracia, direitos humanos e melhores salários. Mas é ainda insuficiente, porque não basta receber; mais importante é criar condições para que todos possam dar.

JUVENTUDE, ANÁLISE DE UMA OPÇÃO

“O jovem que não se rebela não realizou a conscientização da condição alienada do homem na sociedade capitalista, ou porque foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real”.

Pe. João Edênio dos Reis Valle, SVD
São Paulo, SP

I. INTRODUÇÃO

1. Puebla: expectativa e surpresa

Ao longo do século XX, a Igreja latino-americana dedicou, talvez, o melhor de suas forças à juventude. Entendendo a pastoral de juventude quase exclusivamente como o trabalho em colégios, os religiosos que iam aportando ao Continente consagraram-se largamente à educação formal em escolas construídas e geridas pela própria Igreja. No caso brasileiro, imensos recursos financeiros foram investidos na criação de vasta rede escolar, espalhada por todo o território nacional, com tendência à fi-

xação nas cidades de grande e médio porte. Desta forma, dezenas de milhares de religiosos e religiosas dedicaram suas vidas à formação dos filhos das classes média e alta, exercendo, em nome do Estado, a função supletiva de qualificar as elites dirigentes. Com menor ênfase e em estilo diferente, os religiosos se dedicaram, também, à infância pobre, assumindo a direção de asilos e orfanatos. Nas paróquias, transplantando e adaptando iniciativas de origem européia, a Igreja criou, ainda, associações pias, em que o corte de classes não era tão nítido. Nestas associações a juventude encontrava certa guarda e orientação religiosa, sem que

se chegasse a uma especialização no atendimento pastoral dos jovens.

Em Medellín, esboçou-se uma perspectiva nova da missão pedagógica da Igreja. O labor educativo junto à juventude passou a ser encarado desde o ponto de vista das classes até então marginalizadas, levando a Igreja a uma revisão radical de sua missão educacional. Medellín não era, contudo, fruto de uma mera idéia. Era, antes, o resultado de um processo consciente nascido de uma nova prática pastoral já em curso. Em diversos países, a educação popular (o MEB, no Brasil) tinha se constituído em uma experiência fundamental para a dinamização de uma pastoral concretamente emersa da realidade e das necessidades dos pobres do continente. Os regimes autoritários instaurados em diversos países na década dos 60 hostilizaram abertamente esta nova linha de ação. Houve conflitos, por vezes dramáticos, dentro como fora da Igreja, provocando um recesso neste tipo de trabalho, que começava a atingir a pastoral juvenil de um modo geral e que empolgava os jovens ligados à Ação Católica. Após a dolorosa crise dos movimentos de Ação Católica, a pastoral de juventude praticamente deixou de se caracterizar como uma área de evangelização marcada pela inserção ativa e crítica na realidade, pela criatividade e pela capacidade de abrir perspectivas de transformação.

No contexto tenso das relações Igreja-Estado dos últimos 15 anos e no vazio deixado pela dissolução dos movimentos de Ação Católica,

surge e impõe-se uma nova tendência de pastoral juvenil. Na esteira dos cursilhos, copiando sua metodologia de impacto emocional e endossando a mesma postura teológica de orientação e interesses conservadores, os "Grupos de Jovens" e os novos "movimentos" tenderam, quase sempre, a se fechar dentro de uma ótica cega aos desafios que a dura realidade do continente trazia à fé cristã. Só mais recentemente, ali onde a Igreja partiu para um compromisso explícito com as classes populares, é que a pastoral de juventude começou a apresentar indícios de uma reversão. Indícios de início tímidos, mas aos poucos sempre mais definidos.

Assim, Puebla representava para a pastoral de juventude uma expectativa. Esperava-se da III Conferência do CELAM uma palavra decidida e decisiva sobre os rumos a serem imprimidos ao trabalho junto aos jovens. Desejava-se uma mudança na pastoral de juventude. Em um continente predominantemente jovem, onde tudo está por ser feito, a Igreja não pode deixar de apresentar à juventude toda a força transformadora da mensagem cristã. Naturalmente, tal expectativa era mais viva nos grupos cristãos já voltados para uma prática evangelizadora a partir dos pobres. Estes ansiavam por uma pastoral de juventude calcada na pedagogia da libertação e mais dentro da dinâmica de renovação vivida pelas comunidades eclesiais de base, coladas às esperanças e sofrimentos do povo.

Contudo, representou surpresa o fato de os Bispos latino-americanos

se decidirem preferencialmente pelos jovens, colocando esta opção ao lado daquela, mais fundamental, pelos pobres.

Para quem lê criticamente o texto final de Puebla fica clara a impressão de que a "opção preferencial pelos jovens" cai meio de repente, como resultado, mais de uma intuição do que de uma análise coerente em que a inteligência ilumina e orienta os saltos e batidas do coração. O próprio texto afirma que a Igreja faz esta opção "não por razões táticas, mas por vocação" (940), como se pressentisse uma afinidade entre juventude e Igreja. Os Bispos percebendo a necessidade de fundamentar opção tão significativa, argumentam que tal escolha se faz porque os jovens são "uma enorme força renovadora" (940) e "transformadora da sociedade" (978), um "verdadeiro potencial no presente e no futuro da evangelização" (948). O objetivo é tornar a juventude "uma verdadeira dinamizadora do corpo social" (948).

Tais justificativas permanecem, porém, insuficientes. Carecem de uma visão crítica e de uma fundamentação sólida, sem as quais a opção pelos jovens poderá levar a qualquer lugar ou a lugar nenhum. É interessante observar que, ao longo de toda a 1ª parte do documento, a problemática dos jovens emerge apenas incidentalmente (exº números 20, 26, 39, 42, 55, 73). Como explicar que exatamente ali, onde se esboça uma análise global da realidade, não apareça a importância econômica, política, social, cultural e religiosa da juventude no presente e no futuro de

nossos países? A mesma impressão persiste quando se passa à 2ª parte (nºs 95-416) que corresponde à leitura teológica da realidade latino-americana. As alusões à juventude são ainda mais esporádicas e em nada afetam o nervo central do pensamento teológico ali desenvolvido. A precariedade teórica, sociológica e teológica, da opção preferencial pelos jovens, salta ainda mais à vista quando se constata que a outra grande opção feita pelos Bispos tem um embasamento suficientemente pregnante, embora nem sempre sistemático e, por vezes, lacunoso. Toda a lógica da análise empreendida ao longo da 1ª e 2ª partes leva naturalmente à opção pelos pobres, como o fulcro central da evangelização do continente. Mas, nem de longe, impõe a juventude, como exigência necessária e opção fundamental da Igreja latino-americana. Tanto é real a inconsistência da opção pelos jovens que a CNBB ao elaborar as "Diretrizes Gerais de Ação Pastoral da Igreja no Brasil", calcadas nas orientações de Puebla, praticamente se esquece de que a juventude deveria ser objeto primário de seu desvelo pastoral. O item "Juventude" entra casualmente na Linha 1 das Diretrizes Gerais, ao lado de 9 outros itens e preocupações. Não se dá à pastoral de juventude nenhum caráter de centralidade. A opção pelos pobres, ao contrário, está presente como inspiração de fundo quase que a cada parágrafo das novas "Diretrizes".

Tudo isto torna o capítulo II da IVª parte o que fala da opção pelos jovens, um bloco meio solto, meio descozido do resto do do-

cumento. E faz, ainda, com que a ação evangelizadora junto à juventude seja apresentada de maneira anódina, sem indicações mais precisas para uma prática educacional decididamente voltada para os jovens das classes oprimidas que, via de regra, mesmo após Medellín, não têm sido o alvo privilegiado do cuidado pastoral da Igreja. Não se depreende do Documento de Puebla, como encaminhar a pastoral da juventude na linha mais básica da libertação a ser assumida por todos. Igualmente, não se oferecem dados e parâmetros para um questionamento mais radical da principal atividade pedagógica da Igreja latino-americana, daquela feita nos milhares de colégios católicos ou, após o Concílio, do esforço cumprido nos movimentos juvenis, originados da classe média urbana ou importados e, por isto, mais vizinhos à velha clientela burguesa do que aos milhões de jovens vítimas do processo de empobrecimento que marca a América Latina, desde a sua primeira origem.

2. O problema da juventude na América Latina

É preciso retomar de forma mais sistemática a análise do fenômeno juvenil na América Latina. Esta será a preocupação primordial do presente estudo. Na verdade, a tentativa de análise esboçada pelo Episcopado em Puebla (n^{os} 931-943) é insatisfatória. Não seria justo pedir aos Bispos uma exposição científica da condição, do papel e do significado da juventude numa sociedade capitalista-dependente e subdesenvolvida, mar-

cada pelo avanço acelerado da sociedade de consumo e de massa. Aliás, os próprios Bispos deixam bem claro não ser tarefa sua falar "como mestres da matéria", no campo da sociologia, da economia ou da história. Puebla não é nem quer ser "um pequeno tratado". No entanto, sem um enquadramento analítico mais rigoroso do problema da juventude, dificilmente a Igreja saberá rever suas obras e sua presença educadora, no sentido de realmente fazer da evangelização do meio juvenil um momento importante da realização dos desígnios de Deus, nesta sociedade tão fundamentalmente ferida pelo pecado social.

Na raiz da análise da condição juvenil latino-americana e da pastoral da Igreja se situa um problema de ótica: desde que ponto de vista se pretende analisar o fenômeno? A partir de quais premissas se escolherá o instrumental de análise? Tudo indica que parte substancial do imenso esforço educacional realizado pela Igreja se fez desde a ótica das classes dominantes, seguindo, inconscientemente até, a linha de interesses e a visão do mundo (ideologia) características de quem tem um projeto de mudança mais baseado na própria ascensão social do que voltado para uma transformação que liberte todos os homens e o homem todo. Há que se decidir entre um referencial teórico que, quando muito, ajude a Igreja a compreender melhor a situação da juventude burguesa e permita adaptar suas obras às necessidades desta categoria social dentro de um mundo crescentemente complexo, pluralista e seculari-

zado e um instrumental analítico que nos faça perceber as contradições entre o sistema social global e a prática educativa efetivamente realizada pela Igreja. Ora, uma visão de conjunto que nos permita superar focalizações parciais e nos leve à inteligência crítica não só do comportamento mas da posição e da função sociais da juventude, só pode nascer de uma compreensão histórico-estrutural da sociedade e do próprio fenômeno juvenil, que é expressão direta dos conflitos e das possibilidades do todo social. No que toca à juventude, não é deste último tipo a análise apresentada pelo Documento de Puebla. Daí sua ambigüidade, só superável na medida em que o capítulo sobre a juventude for lido sob a luz da 1ª parte do Documento (onde aparecem as contradições de base da sociedade) e for pastoralmente valorizado e atuado em íntima conexão com a opção pelos pobres. Lido isoladamente, o capítulo se descaracteriza em uma descrição de tipo funcionalista, incapaz, portanto, de chegar ao âmago da situação conflitante em que a Igreja deve educar os jovens como verdadeiros agentes de uma mudança solidária com a grande maioria injustiçada.

A caracterização da ubicação social, do comportamento e da potencialidade da juventude feita pelo Documento deve muito ao clichê difundido pelos meios de comunicação social. Ao lado de indicações perfeitamente adequadas, o que domina são afirmações de índole abstratamente idealista (como: "exige autenticidade e simplicidade") e generalizante (como: "inconformis-

mo que questiona totalmente o jovem"), desmentidas pela mais superficial observação. Há, também, no Documento, não obstante o esforço para localizar a juventude no corpo social (932/936) e no contexto situacional da América Latina (937/939), uma tendência a se impressionar mais com o aspecto psicológico (como: a juventude "é uma atitude diante da vida") do que com a matriz sociológica e o processo histórico concreto que condicionam, caracterizam e mesmo determinam, para lá das reações comportamentais de indivíduos ou grupos, sejam os padrões culturais juvenis sejam a função econômica, o papel político-cultural e as possibilidades de participação da chamada juventude.

Por estas razões é que devemos reconsiderar, com mais atenção e com mais rigor, o problema da juventude na América Latina. Os países ditos desenvolvidos já há vários decênios vêm tentando compreender o fenômeno juvenil. Não por curiosidade acadêmica, mas por terem sido as primeiras sociedades humanas em que a juventude (e não o jovem, tomando individualmente ou em grupo) tornou-se sério problema social. Em nosso país, são quase inexistentes as pesquisas sobre a juventude. Geralmente, o que se faz, é generalizar as teorias e constatações nascidas na Europa ou Estados Unidos, aplicando-as ao que acontece entre nós. Parte-se da hipótese de uma pretensa universalidade do fenômeno urbano industrial, que permitiria, de alguma forma, identificar situações e comportamentos de grupos juvenis de

Nova Iorque ou Londres com os do Rio de Janeiro ou Belo Horizonte. Afinal, as discotecas, os jeans, as cabeleiras, a maconha, os modismos são os mesmos. E ao interno do Brasil, as observações, quase sempre pouco fidedignas, eventualmente feitas sobre jovens de Ipanema ou da Rua Augusta, passam a ser descritivas de toda a juventude brasileira. Mas, o jovem como pessoa e a juventude do continente como categoria social, vinculada às condições de classe vigentes, permanecem desconhecidos. A bem da verdade deve-se dizer que a juventude de classe média, especialmente em sua explosiva faceta estudantil, é um pouco mais estudada. Há, mesmo, uma ou outra pesquisa séria. Mas sobre a condição da juventude pobre, mesmo a da faixa chamada delinqüente, em tudo e por tudo condicionada pela sua situação de classe oprimida, quase nada se sabe do ponto de vista da pesquisa científica. Mesmo quando se dispõe de trabalhos mais sólidos, a diversidade e complexidade das situações em que vivem os jovens e a celeridade das transformações sócio-econômicas e culturais, são de tal ordem, que impedem o confronto dos dados colhidos e tornam inadequadas ou obsoletas as constatações.

Da perspectiva pedagógico-pastoral, também não temos muito a dizer sobre a esmagadora maioria da juventude brasileira e latino-americana. Sobretudo os elementos pedagogicamente mais especializados da Igreja, os que trabalham nos colégios ou nos movimentos organizados, pouco conhecem o jovem e a juventude marginalizada. Sua

experiência, do jardim de infância às Universidades, se circunscreve quase só à problemática característica da família, da escola e dos ambientes das classes mais privilegiadas que pouco têm a ver com a situação em que vivem as massas juvenis urbanas e rurais. Nossa experiência de educadores não consegue fecundar uma visão de conjunto que leve em conta as formações sociais concretas do meio latino-americano, onde se dão relações de força, sejam as que se estabelecem entre classes sociais e entre grupos sociais ou, ainda, aquelas onde umas e outras se articulam e se combinam em função das relações e injunções do processo econômico.

Portanto, para conhecer a nossa juventude assim como ela é em sua realidade mais profunda, para penetrá-la com o fermento evangélico que leva à construção de uma sociedade nova, o caminho que se abre à Igreja é o de um comprometimento direto com esta imensa maioria que ela, própria ajudou a colocar à margem. Tal tarefa talvez exija dos religiosos uma mudança de lugar no duplo sentido do habitar e do agir pedagógico. Ela, seguramente, questiona quase todo o trabalho educacional por nós realizado nestes decênios. Ela levanta objeções profundas à assim chamada pastoral de juventude. No entanto, o lançar-se afoitamente por este caminho novo, sem possuir um quadro de referência, que nos permita melhor discernir e entender para melhor optar na prática, é perigoso além de ingênuo. Ao educador não basta mudar de lugar. Ele precisa saber que lugar escolher.

O que se pretende nas páginas que se seguem é oferecer as linhas gerais deste quadro. Longe de serem linhas definidas e acabadas, são um quadro geral, construído a partir das discussões que se fazem hoje em torno do problema da juventude.

Pretende-se distinguir, com maior senso crítico, os pressupostos e a validade das afirmações e análises correntes em torno do fenômeno juvenil. Sob este prisma crítico que

nos permite descer às causas e chegar mais vizinho à realidade de nossa juventude, torna-se possível uma revisão e um encaminhamento mais seguros do esforço pastoral da Igreja no campo educacional. A opção preferencial pelos jovens, feita intuitivamente pela Igreja reunida em Puebla, poderá, então, ganhar novas perspectivas e vitalidade fazendo, do anúncio do Evangelho aos jovens, um momento chave da libertação dos povos latino-americanos.

II. A CONDIÇÃO DA JUVENTUDE NAS SOCIEDADES MODERNAS

É um tanto raro, em nosso idioma, o uso da expressão "a condição juvenil". Já é mais freqüente, mesmo na linguagem científica, usar-se o termo "a condição feminina", quase a dizer que, ao lado de determinações sociais mais fundamentais, como a de classe, o status particular que a mulher tem nas sociedades urbano-industriais, constitui um problema específico, não recoberto por outras categorias descritivas ou analíticas mais abrangentes. Ardigó (1), analisando o fenômeno juvenil italiano afirma que "a condição juvenil" talvez venha a preencher nas áreas de elevado desenvolvimento econômico o lugar anteriormente ocupado pelo operariado. Sem entrar no mérito da afirmação, é inegável que as transformações econômicas, sócio-políticas e culturais acontecidas nos últimos decênios, em especial após a I Guerra Mundial, provocaram mudanças radicais na situação dos jovens como catego-

ria, tornando socialmente e psicologicamente conflituosa a passagem da infância à adultez. As Ciências Sociais modernas se viram coagidas, pela urgência do problema, a voltar o seu arsenal de recursos científicos para a análise desta nova e surpreendente condição, artificialmente criada para crescentes contingentes populacionais na faixa dos 15 aos 25 anos (2). Na realidade, quanto mais se moderniza tanto mais a sociedade coloca milhões e milhões de jovens numa situação de segregação e de objetiva indefinição de status e papel social. Surge daí um problema original, até então desconhecido, que afeta globalmente a socialização dos membros jovens das sociedades tanto desenvolvidas quanto sub-desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Para circunscrever, então, fenômeno, sem dúvida diversificado de país a país, de região a região, de classe social a

classe social, em uma primeira aproximação, o chamamos aqui de "condição juvenil", uma vez que parece ter uma originalidade própria que ultrapassa em sua especificidade os conceitos de "idade", "situação", categoria" ou mesmo o de "classe", tomados isoladamente. O estudo da condição do jovem nos países ocidentais, nas nações do centro como nas periferias, tem importância não apenas devido à revelância quantitativa da porção populacional atingida. Não é só porque a faixa etariamente jovem atinge margens expressivas que o fenômeno torna-se central na análise das interações sociais e políticas. O seu significado é qualitativo. A condição juvenil representa, sintomática, mas muito concretamente, a situação ambígua e opressiva dos indivíduos em seu relacionamento com a sociedade e aponta, de maneira direta para as tensões e estrangulamentos de todo social. Encaminhar a solução da dialética existente entre a condição da juventude e a sociedade significa abrir caminhos para o projeto de uma nova sociedade. A solução da tensão jovem-sociedade hoje existente mostraria que a sociedade, e aqui nos referimos diretamente à latino-americana, tem condições de superar suas contradições internas, no sentido de uma inovação não redutível a hábeis escamoteações dos fermentos de transformação. O problema envolve a estrutura e os valores propostos pela sociedade capitalista industrial, de consumo e de massificação, cuja legitimidade é posta em cheque pela emergência da contestação juvenil, da qual falare-

mos mais adiante. Com isto, estamos afirmando que a problemática nascida da condição social da juventude não deve ser nem confundida nem reduzida ao famoso "conflito de gerações". Em uma frase difícil, mas densa de significado, Marialice Foracchi escreve: "a impregnação conflitiva (do conceito sociológico de geração) se consubstancia nas atitudes de oposição e de recusa do estilo predominante de existência social, redefinindo-se no plano pessoal, institucional e societário, sendo, por conseguinte, compartilhada por jovens e adultos num idêntico comportamento de ruptura. Não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema" (3). Portanto, se "crise" ou "conflito" existem, eles se dão não tanto entre duas gerações ou, menos ainda, entre pais e filhos, mas em todas as gerações que convivem hoje dentro de uma mesma crise que é da sociedade e não de suas partes. O que não significa que tal crise social de fundo não possa ter repercussões diferenciadas segundo as posições, as sensibilidades e as possibilidades de reação e expressão de cada uma das gerações participantes do jogo social.

Analogamente, é preciso descartar, como elemento apenas secundário para a compreensão da origem, da dinâmica e da evolução sociológica da condição histórica da juventude, os conceitos psicologizantes de "crise" ou "rebeldia" juvenis, tomados como eixo central e explicativo das rupturas comporta-

mentais de muitos adolescentes, apenas chegados a este hiato obscuro de quase 10 anos que medeia a entrada dos jovens na moderna sociedade urbano-industrial, provocando manifestações alarmantes de "desorganização" de personalidade ou de conflitos de comportamento. Os primeiros psicólogos evolutivos, no albor das grandes mudanças da sociedade européia, levados pela impressão poderosa deixada pelo evolucionismo de Darwin ou inspirando-se em idéias que procedem de Rousseau elaboraram uma série de teorias explicativas (4) em que o pressuposto básico era o da existência natural e necessária de "crises", "tempestades" ("Sturm und Drang") e "rebeliões" na fase imediatamente posterior à puberdade biológica. Ser adolescente passou a ser igual "estar em crise" psicológica aguda mas passageira. Já os estudos de Freud, cujo acento se desloca para a crise infantil edipiana, minimizando as tensões das idades posteriores, mas, muito mais, o próprio avanço científico da pesquisa e da observação inter-disciplinares, mostraram a inexatidão e unilateralidade destas teorias. Faltava à elas a compreensão da dimensão sociológica do fenômeno. É claro que um jovem (ou muitos, ou quase todos os jovens!) podem ter crises. Mas crise é algo dinamicamente presente em qualquer fase da vida humana, na infância ou na velhice, aos 18 como aos 40 anos.

1. A condição juvenil

Quais os elementos definidores da condição juvenil? Esta questão tem sido objeto da atenção de inú-

meros cientistas. Embora as opiniões diverjam, há alguns elementos comuns que, de uma forma ou outra, parecem descrever o quadro básico da condição juvenil. Parece-nos indispensável delinear este quadro antes de passar a considerações mais pertinentes à situação latino-americana. Seda Nunes (5), em estudo realizado logo após o momento do exaltante espasmo juvenil de 1968, resume em alguns traços as características básicas da condição do jovem na sociedade que experimentou o "progresso" ocidental:

a) "Os jovens permanecem isentos de responsabilidades sociais diretas, nomeadamente das que resultam do exercício de uma ocupação profissional, durante um período relativamente longo, que se estende até uma idade biológica e mentalmente já adulta.

b) "Durante esse período, as relações sociais dos jovens formam-se e desenvolvem-se inteiramente à margem dos quadros ocupacionais da sociedade, são largamente exteriores ao círculo familiar de cada jovem e tendem a concentrar-se em grupos onde a **interação juvenil** é exclusiva ou, pelo menos, muito absorvente.

c) "As famílias não dispõem, fora da estrita cena familiar, de instrumentos de controle eficaz sobre a vida afetiva, cultural e social dos seus filhos adolescentes ou jovens adultos.

d) "São igualmente fracos os controles que a sociedade global pode exercer, ou exerce de fato, sobre as relações e atividades internas dos

grupos onde a interação juvenil produz efeitos mais decisivos sobre as opiniões, os valores e as atitudes fundamentais dos próprios jovens.

e) “Os jovens dispõem, acerca da sociedade e da cultura, de uma informação suficientemente rica para os colocar em presença de uma grande variedade de modelos, valores e projetos alternativos, igual ou desigualmente solicitantes.

f) “A sociedade projeta sobre seus jovens uma imagem de si mesma que os leva a percebê-la, por um lado, como evoluindo para formas de vida diferentes das do passado e das do presente, e, por outro lado, como oferecendo aos jovens a possibilidade efetiva de optar — com larga independência, relativamente à sua condição social de origem e à sua tradição social — entre um vasto leque de modelos, valores, projetos e destinos sociais possíveis”.

Com tais colocações, o estudo demonstra haver “uma situação especificamente juvenil”, em que ressaltamos seguintes aspectos (6):

— prolongada marginalidade social;

— prolongada disponibilidade intelectual e afetiva;

— multiplicidade de solicitações sociais;

— multiplicidade de aparentes ou reais oportunidades (destinos julgados possíveis) na sociedade;

— subtração à influência de muitas das pressões exercidas pelos modelos, valores e projetos dos adultos;

— possibilidade de elaboração de novos modelos, valores e projetos, a partir de experiências coletivas especificamente juvenis;

— possibilidade de generalização de uma consciência de destinação pessoal ou coletiva a um futuro diferente, claramente explicitado ou, pelo contrário, só vagamente definido, mas em qualquer dos casos caracterizado, em aspectos fundamentais, por um princípio de oposição a gêneros de vida, normas e valores das gerações mais velhas”.

Evidentemente, “não se pode generalizar tal condicionamento para toda uma geração, numa dada sociedade”. Este conjunto de indicadores é o que melhor reflete o “estado juvenil” da sociedade de massas. Mas não é um referencial absoluto presente com todos os seus dados em qualquer sociedade urbana e tecno-burocrática.

No caso de sociedades recém assumidas no sistema de produção e de consumo do capitalismo hoje planetário, como é o caso das sociedades da América Latina, é indispensável se ter sempre ante os olhos a maneira desigual com que o processo atinge as populações destas sociedades. Não existe “uma” juventude latino-americana igual e homogênea. Existem condicionamentos sócio-econômicos e culturais tendencialmente comuns (aqueles decorrentes da hegemonia do desenvolvimento capitalista em curso) que, aos poucos, vão atingindo de maneira não unívoca classes sociais e tradições culturais altamente diversificadas. Mas, quanto mais a América Latina é absorvida na esfera da modernização industrial,

quanto mais se urbaniza, tanto mais sua juventude começa a participar da condição característica dos jovens do mundo desenvolvido. Cria-se, assim, concomitantemente à implantação da escola, mola mestra da reprodução e multiplicação do sistema (7), um período relativamente prolongado de espera e de provisoriamente em que os jovens, como grupo macrossociológico, são deixados fora da sociedade adulta, em uma situação de indeterminação social, acumulando conhecimentos e habilidades e credenciando-se, mediante titulações escolares, para o exercício da profissão e a assunção dos direitos e deveres do cidadão adulto. Na América Latina, pelo peso percentual da juventude mas, muito mais, pela marginalização absoluta em que se encontram ainda dezenas de milhões de jovens das classes populares, a condição juvenil atinge de maneira apenas indireta a maior parte da população juvenil. Esta constitui, antes, um exército juvenil de reserva, que os meios de comunicação social começam a envolver sem que, contudo, a sociedade lhe conceda chances efetivas de participação social, econômica, política, cultural e religiosa.

Milanesi (8), oferecendo útil complementação ao quadro acima esboçado, constrói um esquema onde as interações dos jovens com a sociedade aparecem de forma mais clara. De fato, a influência da sociedade não se faz de maneira global e imediata. Ela é mediatizada por agências de socialização, isto é, por quadros sociais intermediários, com os quais o jovem vai entrando em con-

tacto direto. Com ligeiro retoque, eis o esquema básico da situação do jovem:

Quadros sociais e agências de socialização: meios de comunicação social, família, escola, grupo coetâneo, associações, ambiente de trabalho, classe social.

As mensagens culturais que atingem o mundo jovem, fornecendo-lhe elementos para a composição de sua "ideologia", passam, portanto, através de formações sociais mais restritas (como o grupo de jovens, a família ou a agremiação esportiva, política, religiosa), que podem ser institucionalizadas (como a escola e a Igreja) ou espontâneas e passageiras (como a "patota da esquina"). Estes intermediários filtram diversamente a mensagem cultural donde a heterogeneidade do espaço de comunicação do mundo juvenil. Contudo, em uma sociedade de massa onde o fator econômico joga o papel central, sem dúvida, os meios de comunicação social, industrialmente explorados, exercem uma função socializadora determinante.

Milanesi chama ainda a atenção para uma distinção sutil, para se entender a intensidade e a forma com que as mensagens contrastantes, jogadas em cima do jovem irão atingi-lo provocando aceitação ou rechaço. Ele distingue entre o conteúdo da mensagem (que pode ser revolucionário ou conservador, religioso ou ateu, ético ou imoral, homogêneo ou heterogêneo, etc.) e o estilo em que se dá a comunicação (institucionalizado ou informal, autoritário ou democrático, gerado pelo próprio meio juvenil ou a ele imposto). Esta observação se torna

importante na medida em que nos leva a perceber que não se pode falar, pura e simplesmente, de uma capacidade de abertura à inovação e à transformação revolucionária como algo inerente à condição juvenil. Para se aferir corretamente a potencialidade que a juventude possui de ser agente de transformação é necessário se distanciar das formas mitologizantes de se enfocar o fenômeno juvenil. Como outras categorias sociais, grupos etários e classes, a juventude participa das limitações e das chances que uma dada formação histórica e social lhe oferece. Ela não está nem acima nem fora do tempo e do espaço (9).

Como última observação complementar, queremos recordar que as agências e os agentes de socialização variam em sua capacidade de influir sobre o desenvolvimento da problemática juvenil. Sua influência muda de acordo com necessidades estruturais e conjunturais próprias aos dois elementos da polaridade indivíduo-sociedade. A problemática jovem-família, jovem-escola, jovem-grupo de iguais parece se referir mais à dinâmica da formação da personalidade. A tensão jovem-trabalho profissional, jovem-política, jovem religião-organizada, parece mais peculiar ao processo de inserção do jovem na sociedade caracterizando-se pelo questionamento do pólo "sociedade". É claro que se fala aqui de uma polaridade dialética, em que a definição da personalidade se contrapõe, sem excluir, à visão crítica da sociedade.

No vasto elenco de interpretações que a sociologia moderna tem

oferecido a respeito da condição juvenil é relativamente fácil mostrar que "ao lado de explicações globais, que levam em conta todos os componentes do processo de socialização, se elencam também explicações caracteristicamente unívocas. Por exemplo, a problemática juvenil é vista prevalentemente na linha do relacionamento 'sociedade família-jovens ou naquela da sociedade-grupo de coetâneos-jovens, ou ainda, na sociedade-jovens-escola" (10).

Tais interpretações são, sem dúvida, parciais. Onde sua insuficiência explicativa e, em casos específicos, o seu erro. Erro, aliás muito freqüente entre educadores católicos voltados para a educação em colégios e, por esta razão, preocupados em ressaltar a importância da família, da escola ou do grupo juvenil. Mas, sob certas condições, estas teorizações parciais se justificam, quando se faz a análise de um contexto sócio-cultural bem específico. Por exemplo, o eixo sociedade-família-jovens talvez possa ser esclarecedor para uma determinada classe social, em determinada situação de desagregação familiar. Mas, para uma compreensão do que se passa com a juventude latino-americana, devemos superar o vício intelectual de se reduzir o problema apenas ao âmbito do jovem, da família e da escola.

2. O radicalismo estudantil

Há certos comportamentos vistosos, continuamente presentes nas páginas de frente dos jornais, que tipificam, pela exacerbação, o que parece estar latente, mas sob con-

trole, na juventude como um todo. Os jovens que têm condições de assumir, em geral por períodos curtos, estes processos de radicalização constituem, na verdade, uma minoria que tem características próprias. São jovens que possuem em comum o fato de pertencerem às camadas dominantes e de terem passado por um processo de socialização e de escolarização relativamente integrado e completo. Do ponto de vista econômico, social, cultural e da experiência familiar gozaram de condições privilegiadas, dada sua origem predominantemente burguesa ou pequeno-burguesa (11). É para este grupo social que, com aparente paradoxo, surge a viabilidade da opção radical, muito embora esta, via de regra, não se compatibilize com seus interesses de classe, aspirações e pressões familiares. A pesquisa científica costuma mencionar três setores característicos da radicalização juvenil geralmente presentes nos países em que se instaura o desenvolvimento capitalista: o setor religioso, o setor boêmio e o político (12). Pretendemos, agora, nos deter um pouco na consideração do radicalismo estudantil, cuja mais marcante faceta é a ideológico-revolucionária.

Antes de entrarmos em comentários mais atinentes ao radicalismo político do estudante, gostaríamos de sublinhar que a juventude pobre dificilmente percorre o itinerário radical na forma conseqüente que se observa entre minorias de seus coetâneos de classe média, em especial, ao interno da universidade. É claro que também os jovens das camadas pobres, quando expostos às contra-

dições e aliciamentos da produção e do consumo respondem com manifestações de contestação e de inconformismo. Sua crítica, porém, parece deter-se no plano das instituições que os envolvem imediatamente e tendem a se apresentar mais no nível da reação individual, por vezes violenta, do que como ação organizada, ideologicamente fundamentada e politicamente incisiva. Sem dúvida, mesmo ali onde existe um certo nível de consciência, a ausência de politização se deve ao severo processo de exclusão social a que estes jovens estão submetidos, desde o nascimento.

Em todos os casos, é flagrante a diversidade dos comportamentos políticos dos jovens das duas classes, da dominante e da dominada.

Ianni parece ter razão quando escreve que "o capitalismo transforma da maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda" (13). A história política recente do Brasil e das demais nações latino-americanas não poderá ser escrita sem que se mencione o papel dos jovens (14). Mas, muito mais o papel dos que se encontram em processo de ascensão ou de estabilização social do que o dos jovens operários, dos sub-empregados, dos analfabetos. Isto parece indicar que a condição estudantil, trazendo uma conotação nova à condição juvenil, desvincula o estudante dos interesses e visão ideológica de sua classe e o expõe à influência de idéias e propostas po-

líticas de tipo contestatório. Tudo se passa como se a experiência universitária trouxesse ao jovem a possibilidade de penetrar racional e existencialmente “os mecanismos básicos da ação social. E o modo pelo qual ele os desvenda é essencial à determinação do seu comportamento futuro, configurando-se inconformista ou não” (15). É tomando consciência da situação de sua própria condição social, da condição de sua classe e da sociedade global que o estudante se localiza no espaço e no tempo social. Entra, então, em contacto íntimo com grupos altamente coesos, e passa por um intenso processo biográfico de revisão em que a consciência do social e do político torna-se núcleo orientador e propulsor da visão de mundo e das opções pessoais, ao menos daquele momento.

Os autores que encaram esta verdadeira conversão por que passam grupos estudantis (16) desde o ponto de vista sócio-político, tendem a descrevê-la e analisá-la como “a revolução política radical do nosso tempo”. O fervilhante e agressivo ambiente daí resultante é visto como “o meio de cultura de onde poderão germinar a revolução política e a revolução das consciências contra a ordem tecnoburocrática em emergência”. Discutiremos mais adiante este aspecto. Aqui pretendemos nos deter em dois breves comentários salientando pontos de maior interesse pastoral. Primeiro: não basta considerar o significado político e social do movimento estudantil tomado como um dado importante das transformações históricas. É preciso recordar, com Li-

bânio (17), o significado e a situação concreta em que estes jovens vivem sua imensa inquietação social. Embora, para alguns ou muitos deles, motivos de razão psico-individual possam estar presentes na origem de sua participação política, freqüentemente exacerbada e radical, não podemos deixar de valorizar pedagógica e pastoralmente o fato de o interesse político da juventude expressar uma percepção aguda das injustiças sociais existentes entre nós. São jovens que lutam, que sonham e se sacrificam, alguns até ao sangue, por um mundo mais justo. Até 2 ou 3 anos atrás, eles constituíam em nosso país pequenas “minorias cognitivas” (Libânio), quase necessariamente isoladas de suas famílias e de seus próprios colegas de estudo, além de hostilizados e perseguidos pelos diversos aparatos de poder e de repressão. Donde, talvez, o caráter fanático, intolerante e agressivo de suas ideologias, sua utopia irrealista e sua perda de contacto em relação ao que se passava efetivamente na sociedade. Era tal e tão gritante a distância entre suas propostas e a realidade, que o caminho mais natural parecia ser o refluxo para dentro do próprio grupo, transformado, agora, em panela de pressão ideológica e social, não apenas no sentido de ficar cozinhando a indignação e a revolta, como fizeram outras gerações de “angry men”, mas preocupada em encontrar caminhos para fazer explodir as contradições do sistema.

“A descoberta da ação política, escreve um dos protagonistas da gesta estudantil brasileira (18),

“conduz o estudante à vertigem. Ela o alcança através de uma conversão intelectual que é repentina e total e que exclui a progressão gradual que encontramos freqüentemente na evolução daqueles que agem politicamente pelas suas necessidades de classe. Não só o mundo tem de ser mudado, mas tem de o ser imediatamente”. O imediatismo agressivo e a dedicação neófito pela causa descoberta conduziã rapidamente ao afastamento e ao isolamento, mesmo quando não era esta a intenção do grupo. Tal isolamento, pelo qual os ativistas estudantis pagaram caro preço com a moeda da dor e da frustração, parece ligar-se à própria condição de segregação característica dos agrupamentos juvenis, de um modo geral. Mas este isolamento foi também fruto da omissão das gerações adultas, incluída aí a Igreja (19). Elas se negavam, por comodismo, cooptação ou covardia, a escutar o conteúdo básico da proposta estudantil, todo ele voltado para a idéia de um mundo diferente e melhor. Comprometidas com o “status quo” que aceitava as estruturas políticas autoritárias, faziam o jogo do imperialismo econômico e cultural, pactuavam com as soluções que teimam em ignorar a miséria, a doença, a fome, a ignorância de metade da população, defendiam as benesses já alcançadas e acumuladas por uma pequena porcentagem de cidadãos privilegiados. Assim as gerações chamadas adultas forçavam o processo de segregação estudantil, talvez mais ainda que os aparatos policiais de repressão. Com as mudanças de rumo e a atual conjuntura, ainda insegura, de libera-

lização política e social, a situação tende a evoluir. Põe-se a questão: continuaremos a deixar em seu isolamento a voz dos estudantes? Ou criaremos condições para, conjuntamente, dar corpo a uma prática política e social realística, mas decididamente voltada para os objetivos da transformação sonhada e radicalmente propulsionada por eles. Esta pergunta é feita hoje à Igreja. E, na área estudantil, a Igreja está bastante despreparada para encaminhar uma resposta. A pastoral de juventude, a dos movimentos e a dos colégios, situa-se largamente à margem das preocupações que agitam o meio estudantil. Como demonstrou Libânio (20), o interesse da pastoral juvenil foi mais psicopedagógico do que sócio-político. As preocupações se concentram em torno da ajuda pessoal, visando a formação religiosa e cultural. Comparece, também, a temática ligada à amizade, ao sexo, ao amor à família. Em muitos grupos não se ignoram a realidade profissional, a visão cristã do mundo de hoje e a discussão de problemas sociais com eventuais tentativas de intervenção (21). Mas, a perspectiva que colore toda a atividade e inspira a motivação é voltada mais para uma vivência intra-eclesial do que para uma problemática de inserção e transformação. O interesse sócio-político e o engajamento na ação ligada à realidade social e política estão quase ausentes. Em especial, quando se trata de um posicionamento em relação aos pontos neurálgicos dos programas do movimento estudantil. A pastoral de juventude, em sua globalidade, ignora o mundo vibrante e contra-

ditório das tendências estudantis. Talvez hoje, após o trauma provocado pela supressão da JUC, estejamos no limiar de um novo momento (22): a pastoral da juventude recomeça a sentir a importância social e política dos jovens. Difícil se fazer uma previsão do que poderá ocorrer. A juventude, no continente todo, busca o seu lugar e desponta como protagonista do jogo político, quase sempre na linha das posições mais avançadas de oposição. Há pluralidade de planos e desencontro de projetos. Multiplicam-se as tendências e acirram-se conflitos que refletem as posições ideológicas contrastantes existentes no seio das esquerdas, com maior ou menor peso da esquerda partidária tradicional. Sem dúvida, a Igreja latino-americana, com sua dupla opção pelos jovens e pelos pobres, não poderá escapar a uma tomada de posição. Ao contrário do que aconteceu com os jovens católicos da década anterior, os estudantes cristãos de hoje não estarão sozinhos ante o formidável desafio de lutar contra a injustiça. Se a pastoral de juventude se reformular com lucidez, integrando-se mais à pastoral de conjunto, não haverá condições para o ressurgimento do equívoco não só teológico mas político-ideológico que levou centenas de militantes católicos ao afastamento da Igreja e à ruptura com a visão de mundo e a proposta social sugerida, mas não acionada pelos cristãos.

Há uma segunda consideração de fundo a ser feita. Vimos que o ativismo político e o jovem que o assume são produtos do sistema social em que nos encontramos imersos. O estudante, coisa que não parece

acontecer com outros setores juvenis burgueses ou populares, identifica a inconsistência estrutural do sistema, percebe a partir da universidade, que é um lugar burguês, as contradições entre os valores universais proclamados e a realidade social de marginalização do povo, capta a limitação da ação e toma consciência da existência de alternativas concretas para a mudança. Mas, resta o enigma: por que apenas uma pequena porção de estudantes desperta para a dimensão política? Não se trata apenas do surpreendente número dos que são cooptados pelas propostas de sua classe de origem, logo após períodos, por vezes febris, de ativismo. É igualmente intrigante que a grande maioria estudantil permaneça numa atitude de não participação ou até mantenha intacta sua postura conservadora que não se deixa abalar pela experiência cultural, humana e política da universidade. Quem são os que não se tocam? Quem os que se tornam capazes de traduzir os anseios dos anos universitários em um coerente posicionamento político-social pós-universitário? Na resposta a estas perguntas, talvez ajude a frase lapidar de um professor universitário amadurecido como intelectual e como mestre: "o jovem que não se "rebelou" não realizou a conscientização da condição alienada do homem na sociedade capitalista: ou porque foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real" (2). Seguindo esta linha de raciocínio fica patente que a consciência da

situação global é o ponto chave do amadurecimento político. O jovem que atinge este nível de consciência, que não é garantido pelo simples fato de entrar na girândola dos diretórios acadêmicos, das assembleias, manifestos e atos públicos, passou por um processo psico-social complexo que unifica personalidade

e consciência social. Vistas desde este prisma, as famosas "crises" da juventude adquirem uma conotação diferente. Deixam de ser apenas uma fase crítica e passageira da evolução psicológica para serem integradas no processo global da definição do homem em sua época e em sua história.

III. CONCLUSÃO

O mais normal, à esta altura, seria dedicar algumas páginas à elaboração de considerações e pistas detalhadas para a pastoral juvenil à luz do que Puebla significa e significará para a Igreja da América Latina. Ao invés, estamos partindo para uma conclusão rápida e uma breve chamada pastoral. A razão desta parcimônia é simples. Não vemos necessidade, para o leitor brasileiro, de explicitações muito largas do que Puebla diz sobre a Pastoral Juvenil enquanto tal, embora reconhecendo que há um longo caminho de revisão a ser percorrido. O livro recente de J. B. Libânio, não obstante tenha sido escrito um pouco antes da Assembleia mexicana, já antecipa esta reflexão e baliza com rara felicidade este encaminhamento. Ali está o resultado amadurecido, objetivo e forte de um teólogo que ama a Igreja que nasce do povo e que há longos anos vem servindo à juventude "símbolo da mesma Igreja" (João Paulo II). Esperamos que as indicações contidas no presente trabalho corroborem o que Libânio diz com tanta clareza que quase nada deixa a acrescentar. Honestamente, vemos naquele trabalho um roteiro perfeito para a Pastoral de Juventude. E

bem na linha de Puebla. Saberíamos, quando muito, comprová-lo usando abundantemente o próprio texto pueblino (24). A verdade sobre Jesus Cristo, Libertador, a verdade sobre a Igreja em que Ele age por seu Espírito, a verdade sobre o homem que busca a justiça e a comunhão com o Pai, estas três grandes novidades que cabe à Igreja anunciar aos jovens do continente (944), estão no âmago do caminho sugerido por Libânio. Não na abstração de um enunciado apenas teológico, mas como fruto de um paciente seguimento da prática ainda tão precária que a nossa Igreja veio elaborando nos últimos anos. Estamos, com Puebla, no limiar de um momento novo. Cabe-nos não deixar que a opção pelos jovens fique apenas no papel. No instante em que a Igreja se afirmar resolutamente como solidária com os oprimidos, passando do universo burguês que a condicionou tão pesadamente para o sofrido mas promissor mundo dos marginalizados, estamos convencidos de que a juventude a reconhecerá como portadora de uma luz que abre para um horizonte de esperança. Entrar por esta clareira é uma aventura, a um tempo, espiritual, porque desígnio misterioso

do Espírito que ilumina, mas político e social, fruto que é da consciência de quem sabe assumir o mundo como semente do Reino a ser construído aqui e agora. É o que Libânio mostra. É o que Puebla manda. É o que tentamos aqui mostrar analisando uma faceta do fenômeno juvenil.

E, agora, a conclusão. O que poderá haver de mais empolgante em toda a história da América Latina do que o encontro de sua juventude com o seu próprio destino? O que poderá surgir de vida nova se a Igreja se tornar educadora da consciência histórica dos jovens do continente. Tal movimento, circunscrito, talvez, no início, mas a porção pri-

vilegiada da juventude poderia se tornar uma força avassaladora de confraternização dos jovens todos, ricos e pobres, em um corajoso pacto de mudança. Será que apenas Gramsci tem o direito de sonhar uma tal aliança? De surgir para os jovens do 3º mundo como a promessa um caminho de comunhão e de luta orgânica que leve a um mundo novo? "Falta-te ainda uma coisa: vende quanto tens, distribui-o aos pobres e terás um tesouro no céu. Depois vem e segue-me" (Lucas 18,22). O jovem rico disse não. O que dirá o pobre latino-americano jovem? Até hoje a Igreja não o convidou. Após Puebla, o que fará?

NOTAS

(1) Ardigó, A., **La condizione giovanile nella società industriale**, em *Questioni di sociologia*, La Scuola, Brescia, 1966, Vol. II, pág. 549. (2) Jean Stoetzel, em pesquisa patrocinada pela UNESCO, depois de considerar os principais indicadores da condição juvenil, quais os dados fisiológicos, as normas legais de maioridade civil, os critérios sócio-econômicos do casamento, da paternidade, da autonomia financeira, chega à conclusão de que, na sociedade japonesa moderna, os limites de 15 a 25 anos seriam os mais satisfatórios para delimitar o grupo juvenil. O próprio Stoetzel julga "arbitrária" esta delimitação. De fato, não será através da fixação de faixas etárias que chegaremos à definição da juventude. Não obstante, não resta dúvida que o período dos 15 aos 25 anos tende a ser efetivamente o mais típico para o surgimento das reações e dos comportamentos usualmente identificados como os característicos dos padrões chamados juvenis. Veja Stoetzel, J., **Os jovens na sociedade japonesa: uma identificação demográfica**, em *Sociologia da juventude*, Zahar Editores,

Rio de Janeiro, 1968, Vol. 1, pág. 123 ss. (3) Foracchi, Marialice M., **A juventude na sociedade moderna**. Biblioteca Pioneira, São Paulo, 1972. (4) Para uma informação introdutória veja: Muus, H., **Teorias da Adolescência**, Interlivros, Belo Horizonte, 1974, 4ª edição, no campo da psicologia. Para a abordagem sociológica: Brito, S. de (org.), **Sociologia da juventude**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968, 4 volumes. A organizadora reuniu textos selecionados de autores europeus, norte e sul-americanos, oferecendo uma excelente resenha do pensamento teórico da pesquisa sociológica desde seus primórdios. (5) Usamos aqui os textos de Sedas Nunes, sociólogo português, assim como são apresentados por: Assis, Cleto de, **Assistência ao educando**: componente básica da integração do estudante na vida universitária, em XXVII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1978 (mimeo.). O elenco feito por Sedas Nunes nos parece sugestivo e bastante abrangente. O leitor, à medida em que prosseguir a leitura do presente trabalho, notará, porém, sua limitação, não pelo que ele afirma, mas pelo que deixa de dizer. O quadro

traçado aponta para fenômenos e processos psicológicos, sociológicos e culturais relevantes e válidos para a análise da juventude latino-americana tocada pelo modo urbano de viver. Mas, Seda Nunes, a exemplo de Freud, Cohen, Manheim e tantos outros cientistas preocupados com a juventude moderna, não apanha todo o significado da condição do jovem no sistema capitalista. É sem dúvida, uma síntese elaborada, mas não chega a superar o caráter a-histórico. (6) Conforme Assis, C. de, op. cit., pág. 5. (7) Bourdieu, P. e Passeron C., **A reprodução, Elementos de uma teoria do sistema de ensino**, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1975. Para uma aplicação ao ensino católico, veja Libânio, J. B. e Celes, L. A. Monnerat **Formação da consciência crítica**, Vozes/CRB, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1979, Vol. I, pág. 59-103. Para uma crítica: Cunha, L. A., **Notas para uma leitura da violência simbólica**, em: Educação e Sociedade (1979), nº, pág. 79-110. (8) Milanesi, G., **Sociologia della gioventu**, PAS, Roma, 1973, pág. 92 (mimeo). (9) Autores como Friedenberg E. Z. (**The Vanishing Adolescent**, Beacon Press, Boston, 1959) chegam a levantar a tese oposta. Os jovens, ao invés de constituírem uma vanguarda da mudança social, uma espécie de nova elite da consciência mundial, constituem um dos grupos mais manipuláveis e mais manipulados pela sociedade capitalista. Integram-se de tal forma nos modelos que lhes são impostos, mesmo sob a aparência de padrões autenticamente "parafrentex", que se tornam incapazes de distinguir o que é seu e o que o copiado. A alienação e não a consciência seria, de si, a marca registrada da juventude. Esta alienação e esta manipulação atingiriam todas as classes. (10) Milanesi, G., op. cit., pág. 14. (11) O ativismo político é às vezes interpretado como resultante da ambiguidade com que a família pequeno-burguesa se percebe no contexto social. O estudante, com suas reivindicações radicais e agressivas, estaria dando vazão à hostilidade latente em seu grupo familiar. Como depositário do projeto de ascensão social da família ele se torna mais capaz de reconhecer as limitações reais

a que esta se acha submetida. Daí a tentativa de romper os vínculos de dependência, a desilusão com o projeto inicial de fazer carreira e a conseqüente inquietação revolucionária. Vela: Foracchi, M. M., **El radicalismo vinculado al sistema**. Condiciones sociales de la politización del estudiante brasileño, s-d., mimeo.). (12) É fácil levantar exemplos de comportamentos divergentes nestes três setores. Os estudantes iranianos que desafiaram os Estados Unidos, prendendo diplomatas como reféns, agiam sob impulsos e motivações místico-religiosas. São um bom exemplo para o primeiro setor. Os hippies, em suas várias versões, e a cultura da droga exemplificam a alienação boêmia. A vava recebida pelo Presidente da República, em Florianópolis, mostra bem a irreverência destemida, mas politicamente ingênua, no romper com as regras do jogo político oficial. Formas diferentes de comportamento como a do místico, a do artista, a do "drop-out" e do "hippie", a do terrorista urbano, etc., embora aparentemente distanciadas, têm algo de similar e de comum. São formas que partem de uma situação e condição sociais semelhantes. Sua diferença não é de natureza. Todas expressam o mesmo inconformismo. Os meios de expressão e de externalização é que são diversificados. (13) Ianni, O., **O jovem radical**, em: Sociologia da juventude, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968, 1ª Vol. pág. 225. (14) Poerner, historiando o movimento estudantil, partindo da época do Brasil Colônia, mostra que desde a constituição das primeiras escolas superiores os estudantes sempre foram protagonistas das lutas e reivindicações sociais. Estiveram presentes na campanha abolicionista, foram partidários ardorosos do regime republicano, exerceram papel de primeiro plano na República (o "tenentismo" foi uma expressão de inconformismo de jovens militares). A partir de 1930 e sobretudo com o Estado Novo, a luta estudantil ganha corpo e se organiza em forma autônoma. Interessante que a UNE, fundada em 1937, conheceu diretorias de quase todas as tendências, da direita à esquerda mais extremas. Veja: Poerner, A. J., **O poder jovem**, Civilização Brasileira, Rio de Ja-

neiro, 1968. (15) Ianni, O., op. cit., pág. 233. (16) Pereira, L. C. Bresser, **As revoluções utópicas**. A revolução política na Igreja. A revolução estudantil, Vozes, Petrópolis, 1979, pág. 84. (17) Libânio, J. B., **O mundo dos Jovens**, Loyola, São Paulo, 1978, pág. 81. (18) Alves, M. Moreira, **A Igreja e a política no Brasil**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1979, pág. 130. (19) Alves, M. Moreira, op. cit., pág. 130-134. (20) Libânio, J. B., op. cit., pág. 24-32. (Ver o lúcido capítulo IV de Libânio (op. cit. pág. 89-203), onde se faz uma penetrante análise das dimensões presentes nos atuais movimentos

pastorais da juventude. O autor repassa as dimensões que chama de psicologizante, moral-religiosa, espiritualista e teológica, com suas diversas vertentes: tradicional, espiritualista, existencial, social, intelectual. Em um parágrafo substancial (pág. 167-203) estuda, ainda, a dimensão da prática, descrevendo e analisando criticamente a efetiva prática existente nos grupos e movimentos. (22) Libânio, J. B., op. cit., pág. 31-32. Veja: Beozzo, O. J., **Atitudes dos jovens universitários face à Religião e à Igreja**, em *Cadernos ABESC*, 1 (1975) nº 2. (23) Ianni, O., op. cit., pág. 240.

O RELIGIOSO EDUCADOR

*Os desafios lançados aos religiosos educadores
pela evolução atual da vida religiosa
se limitam a redefinição de objetivos ou são
uma expressão de transformação mais profunda da VR?*

**Ir. Cléa de Castro Neves, RSCJ
pelo GRE**

Introdução

A Conferência dos Religiosos do Brasil quer acompanhar, animar e assumir as diferentes e variadas expressões da Vida Religiosa em nosso país. É sua missão específica tentar responder às aspirações, como também interrogações que cada grupo religioso apresenta dentro do processo de renovação e atualização que vivemos hoje. Frente ao contexto brasileiro atual, em que as prioridades da pastoral se voltam para as classes marginalizadas e oprimidas, em que as comunidades de base são "a esperança da Igreja na América Latina" (cfr. documento de Puebla), em que os critérios da Evangelização partem de uma convivência com o pobre, de um "aprender com ele" os caminhos da libertação, as Congregações docentes, com suas Instituições escolares, entraram em crise. Crise esta que atingiu, e continua a atingir, a própria identidade do religioso comprometido com a educação sistemá-

tica. Percebe-se uma interrogação profunda em relação à validade da Vida Religiosa comprometida com a Educação, sobretudo escolar, porque não se tem clareza do que seja Pastoral Educativa.

Consciente deste problema, que afeta o próprio ser do religioso, e tendo sido interpelada na XI Assembleia Geral pelos Superiores Provinciais, a CRB se comprometeu a estudar séria e profundamente a situação do Religioso Educador no Brasil de hoje: descobrir suas causas, discernir seus erros e acertos e apontar novos caminhos.

Não se trata, somente, de afirmar a validade ou não-validade da **Escola Católica**; isto, inclusive, não é o campo específico da CRB, o que desejamos é descobrir se a educação institucionalizada, mesmo complexa e com suas ambigüidades, pode e deve se tornar, atualmente, **Missão Concreta do religioso e de sua Congregação**; descoberto isto, assumir esta Missão e incentivá-la.

Caminhos já percorridos

Por ocasião de sua XI Assembléia Geral, em julho/1977 a CRB pronunciou-se explicitamente sobre os religiosos que se dedicam à educação: "Que a CRB, no cumprimento de seus objetivos de animar e promover a qualificação dos religiosos para a sua atuação pastoral, ajude os que se dedicam ao campo da educação a **reencontrarem o sentido de sua vocação e de suas obras, como educadores da fé, conscientes das exigências e da realidade em que estão historicamente inseridos.** Que se crie, para tanto, em colaboração com as AECs nacional e regionais, **grupos de reflexão e de apoio** para o estudo e a orientação do nosso trabalho educacional visando a superação de modelo de cristandade:

a) Acentuando a educação libertadora.

b) Colocando as obras educacionais dentro da pastoral de conjunto.

c) Reorientando e motivando a abertura a novos campos e atividades.

d) Ajudando a discernir as exigências que o momento histórico faz às Congregações cujo carisma inclui a Pastoral da Educação, de modo a **favorecer uma integração entre o ser religioso e o ser educador.**

e) Discutindo as linhas e as prioridades que poderiam orientar a unificação e a redistribuição de nossas forças e recursos.

f) Incentivando experiências possivelmente intercongregacionais que possam servir de laboratório.

g) E, sobretudo, embasando todo esforço em uma **sólida visão teológica de nossa vocação de religiosos a serviço da Igreja e dos homens, e em especial dos pobres.**

Atendendo a essa solicitação, a CRB Nacional constituiu, em 1978, um grupo de religiosos educadores, atuantes nesta área, com representação da AEC, para estudar o assunto e levar os religiosos empenhados nas Escolas a refletirem, em conjunto, sobre sua Missão no atual contexto.

Este grupo se denominou GRE (Grupo de Reflexão sobre Educação) e definiu suas finalidades, seu campo de ação e os passos concretos a serem dados, a curto prazo.

De acordo com as conclusões da última Assembléia Geral da CRB Nacional, o GRE busca responder a pedidos dos provinciais, pois constata-se uma falta de motivação, de qualificação e um êxodo dos religiosos das escolas católicas.

Estudar, analisar e apresentar pistas para a atual crise da escola-instituição, esta última em nível econômico e ideológico.

Para o GRE, está bastante claro o limite de seu campo de ação: respondendo ao convite da CRB Nacional, ele tenta refletir sobre a pessoa do **religioso educador.** A educação propriamente dita, suas finalidades, pedagogia, estratégias, etc. é da alçada de outros organismos como, por exemplo: AEC. No entanto, é difícil delimitar as respectivas áreas; o GRE procurará fazer um trabalho entrosado, principalmente com a AEC.

Um Seminário foi preparado para outubro/79, com o tema **o religioso educador**; as reuniões do GRE visaram esta meta concreta. A partir de julho/1979, um primeiro documento de trabalho foi enviado aos provinciais como preparação a este Seminário.

Já em outubro de 1978, o GRE enviou aos Superiores Malores de Congregações com atividades escolares, um breve questionário para sondar a realidade de nossos religiosos educadores e a problemática que os envolve. O levantamento desta sondagem ofereceu subsídios ao Grupo para uma reflexão sobre **a pessoa do Religioso Educador**:

◆ Há uma dimensão fundamental e essencial no religioso educador: **a consagração de sua pessoa ao Senhor**. Ele responde a um chamado e faz uma entrega apaixonante de sua vida a Deus, na Fé. O religioso educador procura, em primeiro lugar, sua própria identidade no mundo que o cerca e, aí, ele encontra o específico de sua consagração de vida.

◆ A **formação** é um dos pontos importantes na vida do religioso educador:

a) Visar não só a pessoa, como também o grupo que se vai trabalhar, que, obviamente, deve ter objetivos educacionais.

b) Apresentar perspectivas válidas para o religioso educador, já que ele é um consagrado no mundo da educação.

c) Estudar e analisar o contexto histórico mundial, onde imperam

as ideologias e, sobretudo, onde a situação econômica estrangula o ideal, o "élan" de um trabalho educativo específico.

d) Tomar consciência de que o religioso é fundamentalmente, um polivalente: mesmo que se especialize em algum setor específico do campo educativo, **como pessoa ele é e está para todos; é canal: recebe de todos e encaminha para outros**. Sua especialização não deve levá-lo a esquecer que seu testemunho é de **VIDA**.

e) Aprofundar e valorizar o lugar da oração e reflexão no dia-a-dia do religioso educador. Há um alimento e uma retomada na caminhada pessoal e grupal que deve e só pode ser feita através da prioridade de uma convivência profunda e constante com o Senhor.

◆ A sobrecarga de trabalho impede certa agilidade na atuação do religioso educador; o trabalho, que devia ser fruto de sua entrega ao Senhor, torna-se sufocante e causa tensão.

— O religioso educador é criador no mundo da educação; sua função é de **agente de mudança**; ele deve **criar espaços de liberdade** nele mesmo e em seu campo educacional para testemunhar o Evangelho.

— Nota-se no entanto, no mundo da educação, grande falta de criatividade nos religiosos educadores.

— Os postos-chave de uma instituição educacional encerram, principalmente, uma dimensão de **serviço**.

— Um nível e um ritmo periódico de reflexão faz-se necessário; a atualização, revisão, planejamento e entrosamento com outros grupos congregacionais e educacionais são passos e metas imprescindíveis para a criatividade no processo educativo. Uma das pistas específicas do religioso no vasto mundo da educação é **definir** e **assumir** constantemente sua missão

◆ As crianças, jovens e adultos de hoje procuram avidamente um sentido de vida; sua sede os leva a encontrar em valores relativos ou negativos uma resposta, para eles convincente, a esta procura.

Uma comunidade religiosa educativa é o lugar onde valores fundamentais e perenes estão sempre sendo descobertos, aprofundados e comunicados; o religioso educador através de sua pessoa e de sua vida, testemunha, explicita e concretiza estes valores; ele possui a **tranquila inquietação do profeta**: tranquila, porque sabe que Deus é a última resposta; inquietação, porque nunca está satisfeito, nunca se acomoda; profeta porque é chamado a, pelo menos, lançar sementes de mudança, mesmo senão pode criar ou concretizar mudanças; ele está sempre alerta para anunciar e denunciar.

O Seminário

De posse de um significativo material de trabalho: o levantamento da sondagem dos Superiores Maiores, o documento de Puebla — principalmente os capítulos referentes à Educação e aos jovens

—, o documento preparatório ao “Congresso da CIEC, em janeiro/80 em S. Domingo: “Metodologia de uma Educação na e para a Justiça”, publicações da AEC do Brasil, o documento da CLAR: “O Religioso Educador”, e sua própria reflexão, citada acima, o GRE preparou e organizou, no correr do ano de 1979, o **I Seminário Nacional sobre o Religioso Educador**. Para este Seminário foram convidados: um elemento representante de cada Regional da CRB e da AEC, o (a) Superior (a) Provincial de certo número de congregações docentes juntamente com um elemento da Província atuante em Instituição educativa. Ele foi realizado no Centro Educacional Sagrado Coração de Jesus — Alto da Boa Vista/Rio — de 27/11 a 2/12/1979 e apresentou os seguintes objetivos:

1. Revitalizar a consciência da missão e animar a integração do Religioso Educador.

2. Em confronto com a situação sócio-econômica-educacional da Sociedade brasileira, buscar qual o papel reservado à Escola na Sociedade, e quais as possibilidades da Escola ser instrumento de Evangelização.

O **temário** constou dos seguintes assuntos apresentados por assessores especialistas:

1. Realidade sócio-econômica-política do Brasil. **Pe. Cristiano Camerman, SJ**, economista do IBRADES.

2. A educação no contexto brasileiro hoje. **Prof. Luís Antônio**

C. R. Cunha — pedagogo e pesquisador do IBRADES e da F. G. Vargas.

3. Vida Religiosa hoje e no futuro. Pe. **Carlos Palacio, SJ.** Teólogo — membro da Equipe Teológica da CRB.

4. Análise da prática educacional. Pe. **Antônio Martins Pinheiro, SDB** — Prof. na Faculdade Dom Bosco de São João Del Rei/MG.

A metodologia usada foi de VER-JULGAR-AGIR por meio de explicitação de temas, reflexão em grupos e plenários. De início os participantes foram divididos em 10 grupos onde, após a apresentação de seus componentes refletiram sobre Esperanças e Temores quanto ao Seminário. Sintetizados pela Equipe de Coordenação, se resumiram como segue.

1 — Esperanças

1. Escola centro de evangelização — afirmação de nosso carisma como educadores da fé, da evangelização, a fim de que a Escola seja alternativa diferente e não uma repetição do sistema, sendo capaz de discernir valores e contra-valores de nossa realidade.

2. Uma Escola aberta, com a linguagem de hoje, para responder aos apelos atuais da Igreja — Puebla: pobres e jovens.

3. Descobrir e determinar pistas para que a Escola católica seja evangelizadora, cujo centro seja uma educação para a justiça na liberdade, através de uma mudança radical das estruturas na pers-

pectiva do pobre e do marginalizado.

4. Que o Seminário nos dê condições para somar nossas forças no campo da educação a fim de criarmos unidade maior a nível de congregações.

5. Esperanças de novos caminhos para analisar os problemas econômicos.

6. Que saia moção nossa para que a CNBB se pronuncie a respeito do sistema educacional brasileiro.

2 — Temores

1. Chegar à conclusão que a identidade do Religioso se encontra fora da Educação.

2. De que a situação do país nos afogue tornando inviável evangelizar através da Escola.

3. De que a acomodação e o medo de mudança nos deixem sem ação e então desistamos do trabalho educacional.

4. Ficarmos na defesa de posições sem pistas de solução.

5. Não descermos aos problemas concretos da Educação hoje como resposta ao carisma e à realidade.

6. Sairmos deste Seminário sem que encontremos o tipo de formação para o Religioso de hoje, considerando especialmente as novas gerações.

7. De que as emoções não permitam discernir objetivamente os problemas.

A apresentação da realidade sócio-econômica brasileira foi feita, no

1º dia, pelo pe. Cristiano Camerman, SJ.; bastante didática e objetiva, ela colocou os participantes do Seminário numa atitude crítica frente à Escola: a dura constatação de que a Escola Católica tem reforçado o sistema capitalista, alimentando iniciativas isoladas, provocou sérias revisões e reflexões sobre a realidade que enfrenta o Religioso Educador e seu trabalho apostólico; o Seminário procurou VER, com a maior lucidez e objetividade possíveis, esta realidade. Com a ajuda do coordenador do dia, alguns tópicos se tornaram significativos:

a) Quanto à pessoa do religioso educador:

— ter presente uma linha de valores eclesiais e evangélicos;

— procurar uma resposta evangélica de acordo com o contexto em que se vive, convicto de que é impossível deixar de ter uma posição, pois a neutralidade não existe;

— superar a posição ingênua do inocente útil, tomando uma posição definida;

— reestruturar vivência comunitária, criando espaços de fraternidade, espaços de reflexão e oração, espaços de lazer;

— modificar o sistema de governo das províncias e comunidades, acentuando mais a Comunhão e Participação.

b) Quanto à ação educativa:

— as Escolas Católicas deveriam formar um corpo coeso, trabalhando em conjunto, de dentro da Pas-

toral, na intercomplementariedade das Congregações;

— educar pode ter muito significado. Depende do “lugar” e do interesse que alguém assume: para a classe dominante, pode significar reproduzir o sistema e o modelo; para os cristãos significa assumir uma educação libertadora na linha evangélica;

— a experiência do lugar onde se trabalha influencia nossa mentalidade. O que significaria uma estrutura não capitalista em um colégio?... Sempre se pode tentar certos valores sem medo de errar, tais como: incentivar atitudes democráticas, promover critérios de justiça, etc.;

— definir-se e optar realmente por um Modelo Educativo não reprodutor do Sistema, concretizando em profundidade a Educação Libertadora;

— pode-se perfeitamente continuar sendo fiéis aos carismas fundacionais formando elites sociais; resta saber quem hoje se revela como elite; parecem ser não as classes dominantes mas as classes emergentes que querem a mudança;

— é inevitável que os hemisférios determinados pelas economias influenciem as culturas, as aspirações, as interpretações da realidade;

— finalmente, qual seria a única revolução verdadeira no mundo atual: a cultural, a que assistiremos dentro de alguns anos.

Este aprofundamento da realidade preparou o grupo para refletir, no 2º dia, sobre “A Educação no

contexto brasileiro de hoje". O professor Luís Antônio Cunha fez uma análise histórica do sistema educacional brasileiro; é necessário ressaltar alguns pontos desta análise:

— os critérios que regem todas as reformas e implantações educacionais no Brasil, desde 1808, sempre obedeceram às necessidades econômicas; por causa desta vinculação histórico-econômica, todas estas reformas partiram do ensino superior, por já ser próximo da classe produtiva da sociedade; os outros níveis, inferiores, subsequentemente, vincularam suas reformas a esta necessidade;

— a educação ficou sendo um sistema para produzir elementos que reforçassem o sistema econômico;

— o diploma tornou-se uma necessidade para as camadas médias se promoverem e critério para as classes dominantes selecionarem pessoal qualificado;

— o eixo de toda esta engrenagem é o mecanismo sutil da monopolização; esse processo de monopólio é fundamental, é controlado pela política, mas seu andamento é variável, conforme as necessidades e a demanda; por exemplo: pelos anos 68, houve um grave problema político do que fazer com milhares de excedentes universitários, por constituírem ameaça política; para resolver este impasse o governo criou a reforma universitária: ciclo básico, departamentalização, sistema de créditos. . . Por outro lado, a enorme quantidade de profissionais que saíam das universidades, constituíam um perigo maior ainda por falta de

mercado de trabalho; donde mais uma consequência: a necessidade de evitar o número crescente de demanda às universidades, criando um sistema de profissionalização universal e compulsório — Lei 5692;

— contra esta lei houve muita resistência, clara ou camuflada, que só veio à tona por causa da crise do "milagre brasileiro" em 1973, que revelou a inconsistência do ensino profissionalizante; hoje não se fala mais, esperando o esvaziamento total;

— mas, é necessário para que um Estado capitalista sobreviva, haver um sistema de discriminação. Daí surgiu uma maneira progressiva de esvaziar e infantilizar cada vez mais os estudos básicos, conseguindo diplomas apenas os que conseguem chegar a cursos cada vez mais avançados: pós-graduação e doutoramento; donde também a promoção e incentivo enorme dados aos cursinhos e aos vestibulares.

— Esta política está prestes a ser alterada com o crescimento da consciência de sociedades civis: sindicatos, igrejas, partidos que terão suas ideologias e por conseguinte sua educação.

Na parte da tarde, os grupos refletiram sobre a pessoa do Religioso-Educador, numa comunidade religiosa, numa escola, num sistema capitalista dependente, e num sistema educacional determinado. Após dinâmicas diversificadas, o plenário resultou no seguinte:

— O maior problema parece situar-se na própria pessoa do religioso, em sua comunidade que não lhe oferece condições para reflexão, oração e conscientização. O fato do religioso não ter identidade como educador pode levá-lo a engajamentos de fuga da missão educativa. E escola em rotina não causa mais o impacto do gesto. Ser realista: a escola não exerce posição de vanguarda na transformação da sociedade brasileira; reconhecer seus limites e descobrir sua real participação e ação transformadora.

O religioso educador, por um lado tem boa vontade, tem possibilidades culturais, mas muitas vezes é condicionado pela estrutura, pelo tipo de formação e até pelo tipo de espiritualidade. A comunidade religiosa nem sempre ajuda à vivência de educador — há conflito entre consagração e sistema capitalista — bombardeamento de pessoas que não acreditam no trabalho pastoral da escola. Atitudes a serem tomadas: esperança, acreditar no que se está fazendo, admitir que pode não ser o melhor. Para isto: afastamento periódico para rever a obra.

No plenário, ainda se refletiu sobre um fenômeno, cujos inícios se delineavam e para o qual o Seminário deveria estar atento: não procurar fórmulas feitas, como processo mágico de soluções enlatadas, e sim processo constante que é a dinâmica do provisório à luz de critérios perenes.

Os trabalhos do dia 30 de novembro se iniciaram com a presença de D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral da CNBB,

que proferiu uma palestra sobre a posição da Igreja do Brasil frente à educação. É importante apresentar um resumo desta palestra, não só porque se trata de uma voz significativa do episcopado brasileiro, mas também porque as palavras de D. Luciano tornaram-se um ponto alto no Seminário.

“Tem sido tradição no Brasil transferir para a AEC a preocupação das escolas. Porém, o problema da escola e especialmente dos religiosos na escola, trouxe novos enfoques importantes. A novidade da inserção da Igreja na sociedade de hoje inspira posições contraditórias em muitos religiosos: de cativar progressivamente ou acreditar fielmente, mesmo sem querer que seja reprodutora do sistema.

“Isto de dizer que nossos colégios são reprodutores do sistema também pode ser iluminado pelo oposto: nem todo filho de operário pertence à UNE. Portanto a escola sempre é um lugar privilegiado para mudanças; todo sistema é passível de mudança. Haja visto o que aconteceu com a greve de professores em São Paulo, cuja motivação era cristã. A tese da reprodução não é válida em si; isto só acontece se a escola baixa a cabeça, aceita o pressuposto. A comunhão e participação só serão realidades se fruto de uma educação; esta educação deve atingir a amplidão do povo.

“O que importa neste momento histórico é o que está acontecendo com grande parte da população que forma Comunidades de Base, que é novo lugar de Igreja. Mas, nestas

comunidades, surgem as crianças que têm todo o direito de buscar em instituições que correspondam a seus ideais, sua educação.

“O Estado não consegue ocupar a criança mais de 3 horas por dia; é um desafio para um serviço de Igreja, de extrema urgência, abrir suas instituições para responder a todo tempo ocioso, que só gera criminalidade. Criar pontes de posicionamento, que seriam os centros educacionais em nível popular. A Igreja é chamada a educar, é patrimônio nosso educar. A educação é um instrumento útil de transformação social, não fazer isso é lezar o povo. Nós não temos a liberdade de fazer o que quisermos; se você foi chamado pela Igreja para educar, tem que educar. Criar um sistema educacional é um desafio para a Igreja de hoje.

“Qual é a reinversão deste patrimônio? O grande problema é atingir as crianças nos bairros, inventar soluções, criar experiências-piloto: unir congregações, atrair as crianças para unidades já existentes, fundar centros sem títulos de propriedade de nenhuma congregação específica, mas todas assessorando o trabalho que deve ser entregue aos leigos do local.

“Além disso, a escola católica, como instituição, tem vez ou não tem vez? Há no Brasil ainda uma brecha, por mínima que seja, para pequenos grupos de religiosos e leigos bem formados constituírem obras educacionais que não sejam reprodutoras, apesar da dependência econômica. É um direito adquirido do povo reivindicar escolas que

respondem às suas opções fundamentais, assim como se reivindicam sindicatos, etc.; é um processo lento de maturação. A educação não pode ser simplesmente estatal; a força educativa de uma sociedade é um direito inalienável. A educação não pode estar a serviço da política; ela é soberana. Quem manda é quem tem convicção e não a ideologia. Como se explicaria então, a fé na Polônia de hoje? Como se explicaria o surgimento de tantos comunistas num país de 15 anos de Segurança Nacional?

“Estamos num momento, não de fórmulas feitas, mas de descobrir o que Deus pede de nós. A América é uma carta importante da História atual; em 1980 a A. L. terá já 600.000.000 de habitantes; Brasil: 200.000.000; São Paulo: 25.000.000. Hoje são 250.000 prostitutas em São Paulo; só a educação pode mudar isto. O Brasil não é uma Suíça nem França onde se discutem mudanças de estilo de cathedral. Aqui é um povo que tem que mudar o estilo porque ele está surgindo da terra. A grande jogada evangelizadora é a educação. Temos que aceitar o desafio e a Igreja não pode se omitir dentro desta ação.

“Nesta grande nação são pouquíssimas as escolas. Seria uma grande omissão ficar resolvendo se lavamos o prato, quando não temos comida. Será que não temos capacidade e iniciativa para implantar experiências-piloto? Tal como os sindicatos, as escolas têm que ser livres. Nós pregamos para os outros e não somos capazes de insuflar no coração da criança o risco da liberdade; não

será a escola estatal que fará isto. Vamos deixar de ser um bando de carpideiras, sem saber descobrir as raízes do sistema injusto.

“Assim como toda propriedade particular tem uma hipoteca social”, diríamos que todo o carisma particular tem uma hipoteca social. Não é a periferia lugar para grandes talentos; pelo menos não de qualquer forma. Se nós não o fizermos, ninguém mais o fará. É um pecado social a omissão da classe educativa na Igreja. É uma questão de dar a vida; há aí um compromisso social que se define por não se poder abrir mão daquilo que já se é”.

Em seguida tomou a palavra o Pe. Carlos Palacio, SJ., que dissertou sobre a **Vida Religiosa hoje e no futuro**. Bastante realista, o padre Palacio analisou a VR hoje, convidando os participantes do Seminário a olhar para o futuro com esperança e confiança. Trata-se de saber ler as linhas de força da VR hoje, que indicam as tendências para o futuro e estas tendências se dão freqüentemente nos lugares de ruptura, lugares esses privilegiados para a criação de algo novo.

O futuro da VR é o mesmo do Evangelho. O projeto também. O futuro da VR não depende do que estamos fazendo agora. A VR atravessa grandes rupturas hoje, portanto há algo de novo aparecendo. Nós e nossa geração temos que aceitar ser ponte de transição; portanto aceitar morrer a muito que se viu nascer.

Os temas já vistos nos dias antecedentes são parciais na vida do

religioso; o que hoje nos propomos é um tema global muito mais abrangente do que a educação na vida do religioso e muito mais do que a escola na vida do educador. A pergunta fundamental é: os desafios lançados aos religiosos educadores pela evolução atual da VR, se limitam a uma redefinição de objetivos ou são uma expressão de transformação mais profunda da VR? A crise de identidade vem da crise da escola ou da dificuldade de articular a experiência da VR e o projeto de educação?

Temos que evitar a dicotomia angustiante como se, o profissional se opusesse ao religioso. Não se trata da análise simplista dos bons e dos maus mas se trata de sentirmo-nos todos chamados a reconstruir a VR, sob o risco de esquizofrenia entre o religioso e o profissional.

Uma das causas deste desassossego é a crescente formalização do projeto religioso; o chamado inicial é engolido pela formulação jurídica: é religioso quem faz os votos, quem vive num hotel comum e quem assiste a ritos comuns. Outra causa seria a dicotomia entre ser e fazer que gera a crise identidade: o projeto religioso e a missão parecem duas realidades paralelas; a oração e a ação não se interligam. Superação desta situação: coragem de análise lúcida: Por que isto está acontecendo? E coragem de tomar certas opções para a nova configuração da Vida Religiosa.

Neste dia, o Seminário se viu diante de um impasse: de um lado, o projeto religioso e de outro, o

trabalho em educação. A procura de variáveis para este conflito levou os participantes a se perguntarem: Por que a Igreja se desligou do problema da escola? E encontrar a resposta: Por ter mudado radicalmente sua base social que antes era a classe média e hoje são as CEBs, houve mudança radical do relacionamento da Igreja com a sociedade.

A sociedade, no regime de cristandade, tinha as escolas como meios de educação, por onde, estas instituições eram um lugar social importante na sociedade. A escola abrangia tudo. Havendo a mudança e a separação da Igreja e do sistema político-econômico crescente, a Igreja é colocada cada vez mais à margem das grandes decisões sociais, não havendo mais, portanto, lugar, a não ser para as escolas estatais; a escola confessional trabalha com outros objetivos. Os religiosos educadores devem tomar consciência de uma nova relação com a sociedade, condição para se redescobrir a missão do religioso: não é o fazer, mas o ser que importa; portanto, partir do que devemos ser e não das tarefas que devemos fazer.

Ser cristão é uma tarefa histórica, imperativo constante, precisa-se, constantemente reconduzir o modo como se vive a VR. Seguir historicamente Jesus Cristo não é apenas um itinerário espiritual, individual, mas também comunitário e social. O projeto religioso precisa ser entendido por toda a comunidade eclesial como processo significativo. Não se deve ter receio de perder a especificidade da VR, isto é, aristocracia da VR, status; também nós temos pecado e temos que

nos converter; o 1º passo é admitir a situação de pecado da VR. A imagem da VR como instituto de salvos, meio de crescer individualmente, tem que acabar; a VR é um modo de realizar o ser cristão no processo histórico. A VR é uma caminhada sem fim pré-determinado; só sabemos da fidelidade a um chamado inicial; depois iremos "por onde não queremos". O pecado na VR não são apenas transgressões, é mais do que isto; é oposição crescente à presença invasora de Cristo no meio dos homens. O Evangelho tem que nos desmascarar constantemente, quando se considera que não é o poder a mediação de Deus, e sim, o serviço. Teríamos a coragem de dizer como São Paulo que "o pecado me habita" e transformar o nosso coração historicamente?

O pano de fundo de todas as questões é que é verdade que estamos em crise e não há possibilidade para reformas parciais. Não está claro para todos como é possível ser religioso e educador, ser religioso e enfermeiro, ser religiosa para ser sacristã de paróquia. Tudo isto são tensões que não só se refletem nas comunidades mas também nos candidatos que se apresentam. Tomar consciência, não é para viver angústia, mas para entender onde é que a conversão deve atuar, e a conversão vem pelo Espírito de Deus em nós. Aceitar que tudo desapareça sem desaparecer a VR; aí está a esperança e a ressurreição. O que tem de morrer é esta forma de VR sem a qual não aparecerão novas formas de Vida Religiosa.

Dois aspectos que definem esta ruptura para o novo estilo de VR: relação da VR com a comunidade eclesial; relação da VR com a sociedade.

Com relação à comunidade eclesial — o que está acontecendo hoje: tomamos consciência de que não somos uma casta de super-cristãos, nós não esgotamos a vida cristã. Isto traz mudança do nosso relacionamento com a comunidade eclesial; tudo aquilo que nos afasta da vida eclesial tende a desaparecer. Qualquer experiência de novas descobertas de VR para serem significativas tem que estar inserida na vida eclesial.

Com relação a sociedade: na VR está havendo um número cada vez maior de pessoas que descobriram incoerência de nossa vida com o Evangelho por causa da influência da burguesia dentro de nossa mentalidade; a A. L. está colocando tudo isto em questão. O que importa é que todas estas mudanças não estão vindo por um dinamismo interior da VR, e sim por pressões do contexto social que nos envolve.

Os trabalhos do dia foram concluídos por uma palavra do conferencista: “as inquietações que nos movem para o bem, não são as psicológicas, mas as espirituais, que são perfeitamente compatíveis com a paz do Evangelho”.

O tema do 4º dia apresentado pelo Pe. Antônio Pinheiro, SDB, versou sobre a “Análise da Prática Educacional”, baseado no livro “Formação da Consciência Crítica” 3º volume, do Pe. J. B. Libânio, SJ. Todo o dia foi dedicado à apre-

sentação e aprofundamento deste instrumental de análise e os grupos de trabalho do Seminário foram convidados a procurar os pontos significativos dentre o amplo material recebido e refletido, a fim de preparar, para a manhã seguinte, pistas de conclusões do Seminário.

O último dia foi, portanto, dedicado à discussão desses pontos importantes, buscando-se uma convergência de respostas ao questionamento apresentado durante o Seminário e aos objetivos do mesmo. Estas conclusões afirmam o seguinte: **O RELIGIOSO EDUCADOR SERÁ FIEL AO EVANGELHO, À IGREJA E AO SEU CARÍSMAS SE CONHECER A REALIDADE QUE O CERCA E DER UMA RESPOSTA-SINAL À MESMA.**

É fundamental uma reeducação do Religioso Educador, levando-o a uma conversão, a uma abertura para o outro. Isto levará as Congregações a uma unidade de missão como Igreja e a um desencadeamento do processo. Para a integração do Ser Religioso e Ser Educador uma condição é essencial: Criar condições para a conversão pessoal, comunitária e institucional, tendo presente:

- conhecimento crítico da realidade
- consciência eclesial
- fidelidade do Fundador ao Evangelho e à História
- fortalecimento da vivência comunitária
- atitude de disponibilidade à conversão
- processo sistemático de Formação Permanente

— atenção à formação inicial na descoberta dos carismas pessoais

— revisão do Projeto Educativo, atendendo às grandes prioridades da missão educativa da Igreja Latino-Americana que faz uma opção preferencial pelos pobres.

O grande desafio é encontrar a **ESTRATÉGIA** para a formação da **CONSCIÊNCIA CRÍTICA**. Com espírito de humildade, recriar em nós a experiência fundacional de: escuta e vivência do Evangelho, encarnação do carisma hoje, inter-pelação da realidade da A. L. hoje.

A avaliação final do Seminário evidenciou:

a) Que os participantes, em sua maioria sentiam necessidade de: parar e refletir sobre a realidade educacional, trocar experiências neste campo, encontrar alternativas; e desejavam, também: caminhar com a Igreja no processo de transformação social, encontrar pistas para uma ação libertadora, responder melhor às exigências da escola católica hoje, maior conscientização, aprofundamento e integração entre o ser religioso e o ser educador.

b) Que o Seminário, no seu conjunto, ajudou os participantes a: viver uma experiência mais cristã dentro do processo educativo, despertar para uma visão mais ampla da escola e da educação, adquirir maior senso crítico diante da escola confessional, tomar consciência mais aguda da urgência de um novo modo de ser Religioso Educador, hoje, numa consciência eclesial e congregacional, dentro da realidade brasileira, aprofundar a convicção de que a Escola deve realmente mudar, ser encarnada, tomar posições mais definidas, a partir da constatação da realidade, a fim de formar agentes de transformação, buscar, como Igreja, numa ação conjunta, pistas de encaminhamento para a situação das escolas.

No final, o Seminário, como um todo, elaborou uma **MOÇÃO**, a ser apresentada à CNBB pelo Pe. Décio Batista Teixeira, SDB, presidente da Nacional da CRB, e pelo irmão Orlando Cunha Lima, FMS, presidente da AEC do Brasil. A carta introdutória dos presidentes, citados acima, encaminhando a **MOÇÃO** foi a seguinte:

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1979

II-0295/79

Exm^o Sr. D. Ivo Lorscheiter
DD. Presidente da CNBB
SE. SUL — Quadra 801 — Conj. B
70000 Brasília, DF

Excelência:

Temos a honra de passar às suas mãos, para a devida consideração da Presidência e da CEP, uma das conclusões, em forma de Moção, dos

participantes do Seminário Nacional sobre o Religioso Educador, realizado de 27 de novembro a 02 de dezembro de 1979, no Rio de Janeiro, por iniciativa conjunta da Conferência dos Religiosos do Brasil e da AEC do Brasil.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência nossos sentimentos de respeito e inteiro apoio à direção e às realizações da CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL.

Fraternalmente,

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB, Presidente Nacional da CRB
Ir. Orlando Cunha Lima, FMS, Presidente da AEC do Brasil

A MOÇÃO do Seminário declara:

“Somos 101 Religiosos Educadores, entre os quais 15 Provinciais e Responsáveis pela Pastoral da Educação nos Colégios, Representantes das Regionais CRB e AEC, provenientes de 17 Estados da Federação. Refletimos sobre:

— A realidade sócio-econômico do país.

— A educação no contexto brasileiro.

— A Vida Religiosa hoje e no futuro.

— A prática educacional.

— A integração do Ser Religioso Educador.

Chegamos à conclusão de que é urgente:

1. Reafirmar a validade do carisma vocacional específico do projeto da Vida Religiosa, comprometida com a pastoral educacional.

2. Lutar para que se concretize o uso do direito inalienável de todo cidadão à Educação e à escolha de sua Escola.

3. Promover um estudo de um sistema educativo alternativo ao já existente.

4. Assumir a Escola católica, em processo de renovação à luz das orientações da Igreja da América Latina, como lugar estratégico de pastoral.

5. Elaborar um Projeto Educativo específico para a Escola católica.

6. Desencadear alternativas de lugares educativos, além da Escola.

7. Incentivar Projetos Educativos concretos, intercongregacionais, junto à juventude, particularmente das classes populares.

E, por isso, pedimos à CNBB que assuma conosco — CRB, AEC e Religiosos Educadores a causa da EVANGELIZAÇÃO, através da EDUCAÇÃO.

Com alegria, a CRB recebeu uma resposta imediata da CNBB, nestes termos:

Carta da CNBB

CEP nº 2168/79

Revmº Sr.

Pe. Décio Batista Teixeira
Presidente Nacional da CRB
Rua Alcindo Guanabara, 24.4º
20031 Rio de Janeiro — RJ

Em nossa reunião da Presidência e da CEP do dia 28 de dezembro, nesta data, tomamos conhecimento de sua carta de 21 de dezembro, pp., em que se nos comunicam conclusões e a moção dos participantes do Seminário Nacional sobre o Religioso Educador.

Apraz-nos sublinhar o interesse deste colegiado em matéria de importância vital para a Igreja no Brasil. Acolhemos as conclusões como a expressão da vitalidade dos religiosos e como forma concreta de seu compromisso com o crescimento da fé num ambiente nem sempre fácil de evangelização.

Apoiamos e assumimos juntamente com a CRB, AEC e Religiosos educadores a causa da Evangelização, através da Educação.

Que o Divino Mestre nos ajude na ingente tarefa que nos cabe realizar através da Escola.

Com estima e gratidão,

ass. **D. Luciano Mendes de Almeida**, Secretário Geral da CNBB
p/†**Orlando Dotti**, Bispo da CEP, Encarregado da linha 6.

Conclusão

O desafio continua a ser lançado. Agora, mais aprofundado, mais realista, mostrando com maior nitidez seus limites e suas possibilidades. Alguns princípios ficaram muito claros:

◆ O religioso educador é uma pessoa que dá um testemunho de Fé e de Esperança para o mundo de hoje — para isso ele tem que encontrar espaços para uma vida de oração e para uma vivência co-

munitária encarnada e aberta a todos.

◆ O religioso educador é uma pessoa criativa, consciente e lúcida — para isso, ele tem que encontrar espaços para uma formação contínua, para reflexão e conhecimento da realidade.

◆ O religioso educador é uma pessoa-manifestação de um todo — para isto, ele tem que se sentir, concretamente, naquilo que é e que realiza, parte integrante de um corpo congregacional eclesial.

◆ A educação hoje, não pode mais ser trabalho isolado, de diferentes congregações. É urgente e necessário a união e comunhão de forças, em vista da futura transformação da Sociedade.

O Grupo de Reflexão sobre Educação deseja continuar sua caminhada de serviço e ajuda, no que lhe for possível, a este setor da CRB Nacional.

XII A G O

Subsídios para reflexão

Em preparação ao estudo do tema **EDUCAÇÃO**, na XII Assembleia Geral, sugerimos para a reflexão e estudo das Comunidades:

1. Quais são para nós (Comunidade educativa) os principais valores eclesiais e evangélicos que inspiram nosso agir educativo?

2. Em que aspectos e em que circunstâncias se manifesta, na vivência do religioso — educador, dicotomia entre o profissional e o religioso? Que sugere para superar esta situação?

3. Em que consiste, para o educador religioso, hoje ser fiel ao Evangelho e à Igreja?

4. Que passos concretos poderia dar sua Província para incentivar seus educadores a se tornarem mais criativos e lúcidos e bem integrados no corpo congregacional-eclesial?

Participantes do Seminário

Rio de Janeiro

01 — Aloysio José Leal Penna — Jesuíta; 02 — Ana Léa dos Reis Meirelles — R. Assunção; 03 — Antonio Pull — Lassalista; 04 — Célia Gomes Cerveira — Dorotéia; 05 — Cléa de Castro Neves — Soc. S. C. de Jesus; 06 — Conceição Pinto Ferreira — Santos Anjos; 07 — Décio Batista Teixeira — Salesiano; 08 — Gisélia Rodrigues de Souza — Salesiana; 09 — Helena Maria Ferreira — Soc. S. C. de Jesus; 10 — Israel José Nery — Lassalista; 11 — Jurandyr Azevedo Araujo — Salesiano; 12 — Maria Antonieta Queiroz — Ursulina; 13 — Maria da Assunção Rossetti — Ursulina; 14 — Maria Georgina de Azevedo Costa — Ursulina; 15 — Maria Júlia de Moraes Oliveira — Ursulina; 16 — Maria Rachel Pires — Santa Marcelina; 17 — Neil Pimentel — Filha da Caridade; 18 — Orlando Cunha Lima — Marista; 19 — Sali Romana Ritter — Irs. de Nossa Senhora (Notre Dame); 20 — Suraya Benjamin Chaloub — Salesiana; 21 — Suzana Saraiva de Castro — Ursulina.

Minas Gerais

01 — Angélica Sales de Azevedo — Filhas de Jesus; 02 — Geraldo Lara Rocha — Marista; 03 — Gilles Ferland — Irmãos do Sagr. Coração; 04 — Maria Léa Ramos — Salesiana; 05 — Maria de Lourdes Mazagão — Santa Marcelina; 06 — Regina Stella de Castro Queiroz — Filhas de Jesus; 07 —

Maria Aparecida Maria — Santa Marcelina; 08 — Margarida Maria Andrade de Almeida — Soc. S. C. de Jesus.

Rio Grande do Sul

01 — Adylles Augusta Rossato — Imaculado Coração de Maria; 02 — Amélia Maria Weschenfelder — Irs. de N. Senhora (Notre Dame); 03 — Anna Maria Weschenfelder — Irs. de N. Sra. (Notre Dame); 04 — Artilo Alberto Reckziegel — Marista; 05 — Darci Pretti — Salesiana; 06 — Delvina Pasquali — Divina Providência; 07 — Geraldo Boniatti — Josefinos de Murialdo; 08 — Iris Marcolin — Irs. de N. Sra. (Notre Dame); 09 — Marcos Antonio Corbelini — Lassalista; 10 — Paulo Englert — Jesuíta; 12 — Rita Brod — Divina Providência; 13 — Tereza Mielczrski — Imaculado Coração de Maria; 14 — Sérgio Martini — Marista; 15 — Blondina Walchak — Salesiana.

Pernambuco

01 — Angelina Brites Moita — Dorotéia; 02 — Ígara Lemos Gibson — Benedictinas Miss. Tutzing; 03 — Maria Elília Trigueiro — Rel. da Instrução Cristã; 04 — Mariluce Nilo Morcourt — Dorotéia; 05 — Petronila Pedreira Martins — Dorotéia; 06 — Achyles Scapin — Marista.

São Paulo

01 — Ana Maria de Paula Brandão — Agostinianas Missionárias; 02 — Bazilio Melnek Sobri-

nho — Marista; 03 — Cecília de Nadai — Irmãs da Providência; 04 — Fedele Nuzzaci — Santa Marcelina; 06 — Fernanda Martellini — Santa Marcelina; 06 — Gerard Janelie — Irmãos do S. Coração; 07 — Guy Jorge Ruffier — Jesuíta; 08 — Irene Ferraz Pellegrini — S. José de Chambéry; 09 — Joaquim Panini — Marista; 10 — José Lino Luckmann — O.F.M.; 11 — Judite Elisa Lupo — Sagr. Coração de Maria; 12 — Maria Adelina Cunha — Irmãzinhas da Imaculada Conceição; 13 — Maria de Los Angeles Sebastião Martínez — Filhas de Jesus; 14 — Maria Genoveva Corrêa — Salesiana; 15 — Maria de Lourdes Giuliani — Palotinas; 16 — Maria Pinto da Cunha — Santa Marcelina; 17 — Leuter Carvalho — Agostinianas Missionárias; 18 — Sílvia Irene Pella — Salesiana; 19 — Silvino José Fritzen — Lassalista; 20 — Theodoro Paulo S. Peters — Jesuíta; 21 — Zali Maria dos Santos — Filhas da Caridade; 22 — Rita de Cássia Nogueira — S. José de Chambéry; 23 — Eloisa Maria Silva Grimaldi — Salesiana.

Rio Grande do Norte

01 — Carmen Alves — Dorotéia.

Goiás

01 — Clotildes da Silva Moreno — Dom. de N. Sra. do Rosário de Monteils; 02 — Liliane Ribeiro — Rel. Assunção; 03 — Marly Marum — Salesiana; 04 — Solange Helena de Oliveira — Franc. de Assistência e Educação.

PUEBLA FALA DA VIDA RELIGIOSA (V)

- 743** Em virtude de sua consagração, aceitam alegremente, fundados na comunhão com o Pai, o mistério da aniquilação e exaltação pascal. Por isso, negando-se radicalmente a si mesmos, aceitam como própria a cruz do Senhor que sobre eles pesa e acompanham os que sofrem por causa da injustiça, por causa da falta do senso profundo da existência humana e por causa da fome de paz, verdade e vida. Destarte, compartilhando sua morte, ressuscitam alegremente com eles para a novidade da vida e, fazendo-se tudo para todos, consideram privilegiados os pobres, prediletos do Senhor.
- 744** Especialmente chamados são eles para viver em intensa comunhão com o Pai, que os cumula do seu Espírito, urgindo-os a construir a comunhão sempre renovada entre os homens. Desta sorte, a vida consagrada é uma afirmação profética do valor supremo da comunhão com Deus e entre os homens (cf. ET 53) e um “exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado nem oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças” (LG 31).
- 745** Tendo Maria por modelo de consagração e por intercessora, os consagrados encarnarão a Palavra em sua vida e, como Ela e com Ela, oferecê-la-ão aos homens numa contínua evangelização.
- 746** A sua radical consagração a Deus amado sobre todas as coisas e, por conseguinte, ao serviço dos homens, exprime-se e se realiza por meio dos conselhos evangélicos, assumidos mediante votos ou outros vínculos sagrados que os “unem particularmente com a Igreja e seu mistério” (LG 44).
- 747** Assim, vivendo pobremente como o Senhor e sabendo que Deus é o único absoluto, compartilham seus bens; anunciam a gratuidade de Deus e de seus dons; inauguram, desta forma, a nova justiça e proclamam “de maneira toda especial a elevação do Reino de Deus sobre tudo o que é terreno, e suas exigências supremas” (LG 44); por seu testemunho, são uma denúncia evangélica daqueles que servem ao dinheiro e ao poder, reservando para si egoisticamente os bens que Deus outorga ao homem para benefício de toda a comunidade.

Observação: O texto oficial do Documento de Puebla “A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina”, tem 1310 números. Destes, 55 estão reservados à Vida Consagrada. Começa no número 721 e termina em 775. Aos poucos, transcreveremos, *ipsis litteris*, estes números. Será preciso ler e reler para surpreender os sentidos subjacentes destas linhas.
